

ANA SOFIA LEAL IVO

TRABALHADORES DE TURMA DA VILA ILZE

Dissertação de Mestrado em Antropologia Social apresentada ao Conjunto de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais - IFCH - Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Augusto Arantes.

Salvador/Bahia

1 9 8 3

Este exemplar corresponde à redacção final de Tese defendida pela aluna Ana Sofia Leal Ivo e aprovada pela Comissão Julgadora.

Antônio A. Arantes

Í N D I C E

I N T R O D U Ç Ã O

CAPÍTULO I

POSTAL DA VILA	21
RECORDAÇÕES	28
NO BATENTE	37
GREVE NO CANAVIAL	42

CAPÍTULO II

TRABALHO DE TURMA	55
O PLANTIO E A CARPA DA CANA	68
A SAFRA DA CANA	70

CAPÍTULO III

TRABALHO E VIDA	79
-----------------	----

A N E X O S

BIBLIOGRAFIA

Expresso meu agradecimento a

Verena Stolcke, que acompanhou e orientou os primeiros passos da pesquisa.

Antônio Augusto Arantes, que muito me incentivou com sua atenciosa orientação.

Oscar M. A. Guimarães, que participou do levantamento de dados nos bares da Vila.

Ivan F. de Almeida Aragão, que leu e discutiu os meus manuscritos com atenção e carinho.

CERB (Companhia de Engenharia Rural da Bahia) pelo apoio na última etapa da elaboração desta tese.

INTRODUÇÃO

Nos últimos dez anos, em seminários, encontros, mesas redondas e estudos, o trabalhador "bóia-fria" (também denominado trabalhador volante) esteve presente entre as preocupações dos cientistas sociais.

A partir da constatação de que muitos dos trabalhadores rurais já não residiam nas propriedades agrícolas, mas em vilas e cidades de onde se deslocavam para o trabalho no campo, uma série de debates e estudos foram realizados, os quais, de uma maneira geral, se preocuparam em definir as características peculiares a esse tipo de trabalhador e em determinar os fatores que levaram à sua emergência.

A esse respeito, a contribuição apresentada por Gomes da Silva e Rodrigues nos parece significativa, na medida em que procura abarcar em um único conceito, diversas observações presentes em trabalhos de diferentes autores. Para eles o "bóia-fria" é o "trabalhador rural, residente fora da propriedade agrícola, geralmente na periferia das vilas ou cidades, registrado ou não, recebendo por empreitada, tarefa ou por dia, aliciado ou não por turmeiro e que se locomove todos os dias para o local de trabalho, quase sempre em caminhões" (1). Eles destacam ainda que a residência fora da propriedade agrícola e o deslocamento diário para o local de trabalho seriam as características mais importantes para a conceituação do "bóia-fria".

Essas características, no entanto, apenas esboçam os diversos aspectos que envolvem as relações de trabalho em suas configurações concretas e tendem a perder sua importância se consideradas dissociadamente destas relações.

Portanto a questão básica, de fato, é que o "bóia-fria" é um trabalhador assalariado e, como tal, vende sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência.

Ao se preocuparem em definir características peculiares a essa categoria de trabalhador e em discutir termos e expressões empregados para designá-lo⁽²⁾, as caracterizações geralmente apresentadas descrevem um certo número de aspectos sem que, no entanto, procurem indagar sobre as formas como esse trabalhador define a si mesmo e o seu trabalho.

Inicialmente, o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e o Estatuto da Terra (1964) foram os fatores apresentados como responsáveis pela emergência do trabalho "bóia-fria". Para não arcarem com os encargos sociais previstos pela legislação trabalhista, os proprietários teriam passado a expulsar os trabalhadores de suas terras e a estabelecer relações de trabalho temporárias, em geral, sem qualquer vínculo empregatício⁽³⁾.

Mostrando que a existência do trabalho "bóia-fria" é anterior à extensão da legislação trabalhista ao meio rural, estudos posteriores tendem a vê-lo como resultado do desenvolvimento das relações de produção capitalistas na agricultura brasileira. A introdução de cultivos menos exigentes de mão-de-obra e a modernização da agricultura (na medida em que aumentam o excedente de mão-de-obra disponível e propiciam a sazonalidade do trabalho) assim como a legislação trabalhista seriam fatores, entre outros, que possibilitariam o uso generalizado do trabalho "bóia-fria"⁽⁴⁾.

Desde então, um modelo de interpretação dessa modalidade de trabalho se tornou corrente. Parte-se do pressuposto teórico da penetração do capitalismo no campo, faz-se uma análise das transformações econômicas ocorridas na

agricultura e, conseqüentemente, do estabelecimento das relações de trabalho "bóia-fria" (estratégia que envolve custos mais baixos para o empresário rural), o qual, por sua vez, é explicado em termos da lógica da acumulação capitalista.

Contudo escapam a tais análises a apreensão das formas como esse processo tem sido vivido pelos trabalhadores, isto é, as suas experiências, estratégias e formas de luta, condições de vida e aspirações. Limitando-se aos aspectos econômicos da questão, a maior parte dos estudos existentes diz mais sobre as suas determinações gerais do que sobre o processo real vivido pelo trabalhador (5).

Dentro desse contexto, um aspecto bastante enfatizado quando se estuda o trabalhador "bóia-fria" é a natureza intermitente do seu trabalho. Dada a sazonalidade do trabalho na agricultura, o trabalhador seria levado constantemente a alternar empregos rurais e urbanos e a uma contínua mobilidade geográfica. Isto é, por um lado, o trabalhador "bóia-fria" seria caracterizado por uma "disponibilidade para qualquer tipo de trabalho" e, por outro, seria um "migrante permanente" (6).

Desse ponto de vista, a intermitência do trabalho seria responsável pela instabilidade econômica do trabalhador e de sua família, ao mesmo tempo que um obstáculo a sua organização política. Assim se expressa D'Incao e Mello, quando analisa o "potencial negador" do "bóia-fria": "No caso específico do bóia-fria, a concentração de trabalhadores é bastante dificultada pela própria natureza intermitente do seu trabalho. Eles só se concentram nos períodos de colheita, e embora residam próximos uns dos outros — existem bairros inteiros de bóia-frias — não desenvolvem maiores contatos entre si, uma vez que dispersam para trabalhar "aqui" e

"ali" nos demais períodos do ano" (7). Ou como afirmam Barros e Urban: "No caso do volante, esta falta de organização é reforçada pela temporariedade do trabalho, que o obriga a uma elevada mobilidade geográfica e ocupacional" (8). Juntamente com a intermitência do trabalho, a concorrência entre trabalhadores, em razão da disponibilidade de mão-de-obra, seria outro fator apontado como responsável pela não organização política do "bóia-fria" (9).

Além da dispersão dos trabalhadores, devido à intermitência do trabalho, o fato de o vínculo empregatício, na maioria das vezes, não se encontrar registrado em carteira de trabalho é apontado também como um fator que dificultaria uma participação política efetiva desses trabalhadores, pelo menos em sindicatos. Neste caso, a intermediação de turmeiros — na medida em que evita o contato direto com os proprietários — viria a descaracterizar o vínculo contratual com os mesmos e, conseqüentemente, desestimular as reivindicações trabalhistas (10).

Essa discussão em torno da questão da organização política do "bóia-fria", ainda que não explicitamente, parece se encontrar associada a uma concepção de classe, que se fundamenta na relação em que os indivíduos se encontram com relação aos meios de produção. Sistuando-os na estrutura econômica, depreende-se a organização política que deveriam ter, a qual, em geral, é percebida em termos normativos e a partir de sindicatos e de organizações partidárias.

Nos últimos anos da década de 70, essas discussões sobre a questão dos "bóias-frias", na maioria das vezes, encontram-se vinculadas a um debate mais amplo — o da questão agrária, que engloba todos os problemas advindos do modo como a penetração do capitalismo no campo tem se processado recentemente (11).

O esforço de situar tais problemas dentro de um marco teórico, no entanto, mais revela uma visão economicista da realidade do que uma compreensão do processo vivido pelo trabalhador em sua complexidade social, política e cultural.

Os estudos existentes analisam, entre outros aspectos, o aumento da produtividade do trabalho, as estratégias do capital, a coexistência de diferentes grupos sociais na área rural, dentro da mesma lógica da acumulação capitalista. Porém não se pode esquecer que esses aspectos dizem respeito a um processo que é vivido pelos trabalhadores e que estes vivem suas experiências, têm seus valores, seus padrões culturais, suas preocupações concretas. Tendo em vista que toda prática humana — do trabalho à política — é constituída culturalmente, não pode ser deduzida mecanicamente do econômico.

Na ausência de estudos que mais se aproximem das experiências vividas pelos trabalhadores, não é estranho que a prática política dada a conhecer pelas análises existentes seja aquela associada aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Ao mesmo tempo em que transparece este reconhecimento do Sindicato do Trabalhador Rural como instituição capaz de participar efetivamente do processo político — o que é justificado pela sua atuação em favor da reforma agrária, em defesa dos direitos dos trabalhadores "bóias-frias" e em denunciar os problemas sofridos pelos posseiros, etc. —, torna-se difícil para os estudiosos admitir e descobrir a existência de outras formas de organização e de expressão entre os trabalhadores.

Esse quadro é reforçado pelo empenho que se pode perceber por parte da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), no sentido de estender espaç

almente sua atuação, através do aumento do número de Sindicatos de Trabalhadores Rurais⁽¹²⁾, o que torna outras formas de organização mais passíveis de serem absorvidas ou de passarem despercebidas⁽¹³⁾.

Infelizmente, essa concepção de política, estritamente associada ao institucional, predomina nas Ciências Sociais de uma maneira geral e não diz respeito apenas ao "bóia-fria" ou ao trabalhador rural, mas à classe operária como um todo⁽¹⁴⁾. Além disso, no caso do trabalhador "bóia-fria", a ênfase em determinados aspectos do trabalho "bóia-fria" tais como a sua intermitência, a disponibilidade do trabalhador para qualquer tipo de trabalho, a concorrência entre trabalhadores, propicia também considerações sobre a desagregação familiar, o atraso cultural e a desconfiança mútua nas relações de vizinhança, o que tende a levar a interpretações desse trabalhador como marginalizado, não integrado à vida urbana, desorganizado social e politicamente, como até recentemente foi tão frequente nas análises sobre migrantes-favelados, através da teoria da marginalidade⁽¹⁵⁾.

A transferência do trabalhador para a cidade e o estabelecimento de relações de trabalho "bóia-fria", no entanto, não parecem fazer parte de um processo tão violento, capaz de destruir os padrões culturais dos trabalhadores. Certamente, como pretende mostrar esta dissertação, o modo de vida desses trabalhadores não se apresenta como um simples reflexo das transformações ocorridas ao nível econômico, mas como resultado de experiências anteriores e presentes, sendo, portanto, constituído de mudanças e continuidades.

A persistência de formas de sociabilidade como o mutirão, observada por Sigaud⁽¹⁶⁾, na construção de casas entre os "clandestinos" ou a presença de variáveis culturais

relativas à organização familiar anterior, influenciando o desempenho das "mulheres do caminhão de turma", analisada por Martinez-Alier ⁽¹⁷⁾, por exemplo, servem para mostrar que não existe uma correspondência simples, direta ou mecânica entre a dinâmica das relações produtivas e a dinâmica da vida cultural e social. Isto é, em termos mais gerais, nada nos permite afirmar que a determinados estágios de desenvolvimento das forças produtivas deveriam corresponder necessariamente determinados valores e padrões culturais.

Embora o estabelecimento das relações de trabalho "bóia-fria" tenha as suas raízes firmadas na lógica da acumulação capitalista, a dinâmica do processo como um todo não pode ser analisada somente ao nível econômico. Não se deve perder de vista que as relações de produção não possuem uma existência abstrata, independente da vida dos trabalhadores, e o processo através do qual se desenvolvem, se constitui de práticas concretas que se realizam em contextos particulares. Essas práticas, por sua vez, são constituídas historicamente e se fundamentam na própria atividade criadora do homem, não apresentando, portanto, uma determinação única, precisa e absoluta, e assumindo, efetivamente, configurações peculiares. Assim sendo, a existência dos "bóias-frias", as formas como se desenvolvem as relações de trabalho e o comportamento político desses trabalhadores somente podem ser compreendidos a partir do processo vivido por eles, nas suas múltiplas dimensões.

De uma maneira geral, os estudos voltados para a análise dos aspectos econômicos e dos aspectos políticos dos processos sociais (e isto se aplica não somente aos "bóias-frias") se apoiam em um modelo que se fundamenta na relação de oposição entre base e superestrutura. Esse modelo analítico sugere uma diferenciação hierarquizada de domínios que, no entanto, não reflete a realidade social em sua complexidade.

Tendemos a concordar com Sahlins que "nenhuma forma cultural pode ser interpretada a partir de um grupo de "forças materiais", como se o cultural fosse a variável dependente de uma inevitável lógica prática" (18). O trabalho, e em particular o trabalho "bóia-fria", como todas as práticas sociais, encontra-se constituído por ordenações simbólicas, não sendo simplesmente a expressão de um interesse prático. Efetivamente, a produção material não pode ser concebida sem a criação e a manipulação simbólica, peculiar à natureza humana, através da qual ganha orientação e significado (19).

Este aspecto da questão é importante ser enfatizado na medida em que, em prol de uma visão economicista, a cultura tem sido interpretada como efeitos ou reflexos gerados por condições materiais, sendo estritamente localizada na superestrutura. Separada da ação social concreta, a cultura frequentemente tem sido apresentada em conotações negativas, sendo os trabalhadores caracterizados pela passividade, apatia, atraso cultural, inadequação de padrões culturais, de organização. No entanto, se toda ação social é constituída por ordenações simbólicas, a cultura não pode ser interpretada simplesmente como um produto, assim como os aspectos econômicos e os aspectos políticos da vida social não devem ser isolados e analisados desarticuladamente.

Desta forma, a questão dos "bóias-frias" parece apresentar uma complexidade muito maior do que a bibliografia tem registrado. Por um lado, têm importância as configurações concretas que ganham as relações de trabalho. "bóia-fria" e as suas implicações sobre a intermitência do trabalho. Por exemplo, a incidência de "turmas fixas" e de "bóias-frias permanentes", apontada em alguns estudos (20), mostra que o caráter intermitente do trabalho não pode ser generalizado para todos os trabalhadores, o que nos faz acreditar que, con

seqüentemente, a mobilidade geográfica teria uma menor amplitude. Por outro lado, e esta é nossa preocupação maior, desde que a questão não parece se restringir ao nível econômico, ela deve ser situada em uma perspectiva mais ampla que englobe o modo de vida dos trabalhadores.

Na realidade, a perspectiva aqui apresentada não está ausente de estudos sobre a classe trabalhadores no Brasil. De fato, em relação às camadas urbanas de baixa renda já existe uma série de estudos que se preocupam em analisar formas de organização e de manifestação coletivas ⁽²¹⁾ — tais como as associações de bairro e outras organizações comunitárias — que objetivam melhorias das suas condições de vida, integrando na análise cultura e política.

O mesmo, entretanto, não ocorre com relação aos trabalhadores "bóias-frias". Embora alguns estudos tenham mencionado a existência de "bairros inteiros de "bóias-frias" ⁽²²⁾, a ênfase no caráter intermitente dessa modalidade de trabalho levou a que pouca atenção fosse dada às formas de sociabilidade constitutivas do processo social que se desenrola nos locais de moradia desses trabalhadores.

A existência de bairros cuja população é, em grande parte, constituída de trabalhadores "bóias-frias", em áreas onde as oportunidades ocupacionais na agricultura são mais freqüentes, parece ser um fenômeno particularmente significativo no plano empírico. Em primeiro lugar, desde que não ocorra uma alta mobilidade geográfica, por não corresponder à imagem usual que se tem desse trabalhador como um "migrante permanente". Em segundo lugar, e principalmente, ganham relevo os padrões culturais e as formas de sociabilidade de que ali se configuram e que a própria concentração espacial proporciona.

Grosso modo, em relação aos padrões culturais presentes na vida dos colonos, parceiros e trabalhadores residentes, dos quais a maior parte dos "bóias-frias" partilharam num passado relativamente recente, a vida desse trabalhador na cidade é caracterizada pela intensificação e diversificação das relações sociais ⁽²³⁾ — isto é, os contatos tornam-se mais frequentes, assim como aumenta o espectro das relações sociais de que ele participa. O trabalhador e sua família estão em contato com outros tipos de trabalhadores, vizinhos, donos de bares e de armazéns, turmeiros, etc.

Tendo de enfrentar problemas tais como o pagamento de aluguel, a compra de tudo que lhe é necessário (desde que não mais produz para consumo próprio), o cuidado com os filhos quando sai para trabalhar, etc., o trabalhador é levado a reelaborar suas representações e a criar novas estratégias de vida.

Parte desse nível de preocupações o estudo que ora apresentamos. Isto é, como vivem os trabalhadores "bóias-frias" e quais as formas de sociabilidade que permeiam os pormenores da sua vida cotidiana?

Procuramos refletir sobre essas questões valendo-nos de contribuições como a de Hoggart, Stedman Jones e Thompson ⁽²⁴⁾ que, em estudos sobre a classe trabalhadora inglesa, revelam a importância histórica das relações pessoais, tanto no trabalho como no local de moradia, na configuração da coesão social e cultural entre trabalhadores, proporcionando a emergência de padrões comunitários de classe e de formas específicas de organização política.

O estudo de Thompson ⁽²⁵⁾, em particular, traz contribuições a esta pesquisa ao apresentar uma perspectiva teórica e metodológica que capta melhor a complexidade da

realidade social ao não considerar os componentes culturais como variáveis dependentes. Distintamente dos modelos que se definem pela relação de determinação unilateral da superestrutura pela infraestrutura, esta perspectiva ressalta as formas concretas e criativas que assume o processo de vida social dos trabalhadores.

Como foi colocado anteriormente, o trabalho, assim como o comportamento político dos "bóias-frias", não devem ser considerados dissociadamente do seu modo de vida. Acreditamos não ser possível entender o seu comportamento político independentemente das condições materiais de existência e dos padrões culturais que lhe são peculiares, já que ele não se encontra circunscrito à participação em sindicatos e organizações partidárias.

Apesar dos limites impostos à pesquisa empírica, esperamos que, ao situar a questão dos "bóias-frias" dentro de uma perspectiva mais ampla que engloba as práticas cotidia^{nas} desses trabalhadores, uma pequena contribuição possa ser dada no sentido da compreensão do seu comportamento político. Além disso, sendo este um estudo que trata de aspectos referentes a cultura, trabalho, política e vida cotidiana de forma articulada, ele é ilustrativo de uma perspectiva que acreditamos ser válida, não só para o caso dos trabalhadores "bóias-frias", mas também para a classe trabalhadora como um todo.

Os trabalhadores que, na bibliografia referente ao tema ou pelo público em geral, são denominados "bóias-frias" ou "vo

lantes", em Itapira (Estado de São Paulo), onde realizei a pesquisa de campo, definem a si mesmos como trabalhadores de turma. Esta é a forma encontrada pelos trabalhadores para expressar sua inserção no mercado de trabalho e tem referência nas configurações concretas que ganham as relações de trabalho na região.

Esse estudo, que não se define pelo interesse em analisar a emergência histórico-estrutural desses trabalhadores, tenta compreendê-los a partir das suas condições materiais de existência, dos seus padrões culturais, das suas formas de sociabilidade, evidenciados nas suas práticas cotidianas sobretudo no local de moradia.

Ao assim proceder, pretendo mostrar o trabalhador de turma enquanto sujeito atuante e não simplesmente como um produto da penetração do capitalismo no campo ou, em última instância, um vendedor de força de trabalho. Neste sentido, a descrição do seu cotidiano não tem um caráter puramente ilustrativo, mas o de tentar evidenciar como o trabalho e o modo de vida se encontram interrelacionados.

Os trabalhadores de turma, aos quais me referi neste estudo, residiam na Vila Ilze — a "Vila dos Pobres", como significativamente os moradores às vezes a ela se referiam —, bairro localizado na cidade de Itapira e anteriormente denominado Risca Faca. Nesse bairro, que se formou e cresceu com a chegada de migrantes, principalmente provenientes do sul de Minas Gerais, a partir de meados da década de 50, além de grande número de trabalhadores de turma, residiam operários, empregadas domésticas, motoristas, turmeiros, pequenos comerciantes, pedreiros, etc.

O meu interesse em desenvolver essa pesquisa junto ao trabalhador de turma foi despertado a partir de uma sé

rie de discussões levantadas durante o curso de Antropologia Política, ministrado pela Professora Verena Stolke (26). Nessa mesma época, obtive as primeiras notícias sobre a presença de trabalhadores de turma residindo na Vila Ilze, através do Professor Carlos Brandão que aí realizava um estudo.

O meu primeiro contato com o bairro se deu às vésperas da eleição de 1978. Naquela ocasião, as informações que possuía sobre o trabalho de turma e sobre o bairro se limitava ao conhecimento da presença da Usina Nossa Senhora Aparecida nas proximidades da cidade e a algumas opiniões de moradores da cidade sobre a violência que, segundo eles, era muito freqüente no "Risca Faca" (costumavam se referir ao bairro pelo antigo nome).

No primeiro semestre de 1979, passei a frequentar sistematicamente a Vila Ilze. Embora o meu interesse fosse o de estudar as práticas cotidianas dos trabalhadores de turma no local de moradia — preocupação que já se encontrava expressa no projeto de pesquisa —, os aspectos mais relevantes a serem abordados somente se definiram no decorrer do processo de pesquisa e à medida que me inteirava da vida social desses trabalhadores.

Somente a partir do momento em que passei a residir efetivamente na Vila Ilze (de outubro de 1979 até agosto de 1980, com intervalos que totalizaram cerca de três meses e meio), foi possível acompanhar de perto e, de certa forma, viver a vida cotidiana dos trabalhadores de turma. Em verdade, a pesquisa teve início quando comecei a procurar casa para alugar, oportunidade em que conheci várias pessoas e obtive muitas informações sobre o seu modo de vida.

Procurando superar um pouco as distâncias entre discurso e prática, a minha preocupação, durante todo o tempo, foi a

de não criar situações hipotéticas e colocá-las aos trabalhadores, a exemplo de perguntas pré-fabricadas constantes de um questionário. Praticamente todas as informações contidas neste estudo são resultado de observações e de conversas ininformais com os trabalhadores e suas famílias, mantidas a partirir da minha vivência no bairro. Desta forma, mesmo quando aparecem, no relato apresentado, trechos de falas de alguma pessoa, estas foram registradas no cotidiano da vida no bairro.

Apesar dos contatos mantidos com vários grupos domésticos de que participavam trabalhadores de turma, a apresentação desse estudo encontra-se centrado particularmente em dois deles, acerca dos quais obtive informações mais pormenorizadas, por força das relações mais estreitas desenvolvidas durante a pesquisa. Informações referentes a outros grupos domésticos, no entanto, não deixaram de ser utilizadas, seja para explicitar um aspecto abordado, seja para mostrar seu caráter generalizado.

A minha própria condição de mulher determinou que muitas informações somente pudessem ser colhidas junto às mulheres, por força dos padrões culturais dos grupos estudados. Para a realização de uma outra parte da pesquisa que se desenvolveu em bares situados na Vila Ilze contei com a colaboração de um pesquisador do sexo masculino. O bar, em geral, é apresentado como ponto de caminhão de turma e a minha intenção ao estudá-lo foi a de compreender a natureza das relações que ali se processam e de que modo ele estaria ligado à vida do trabalhador de turma. Assim, quatro bares foram freqüentados durante um período de três meses. Os resultados foram tão significativos, que o bar aparece neste relato como uma "porta de entrada" para a Vila, sintetizando relações e valores que caracterizam a vida no bairro.

Este estudo está redigido em uma linguagem que tenta se aproximar da realidade estudada e os pormenores das situações apresentadas estão expostas, não com a intenção puramente ilustrativa, mas precisamente porque, de acordo com a perspectiva adotada, eles me pareceram fundamentais para articular os vários planos de preocupação.

No Capítulo I apresento a vida cotidiana dos trabalhadores de turma na Vila Ilze. Ele tem uma primeira parte que trata de uma apresentação geral do bairro, a partir do bar. Isto é, além das características que lhe são próprias, o bar tem neste relato um significado mais amplo: o de ser um espaço social onde se pode observar relações sociais e valores que podem ser encontrados em outras instâncias da vida social dos trabalhadores. É como que um Postal da Vila. A segunda parte desse capítulo diz respeito à vida doméstica dos trabalhadores, tendo como ponto de referência os dois grupos domésticos mencionados. Através da descrição das suas práticas cotidianas internas e de vizinhança, procuro mostrar quem são os trabalhadores de turma, as suas condições materiais de existência, os seus padrões culturais, as suas formas de sociabilidade, as suas formas de organização política, de tal forma que trabalho e cultura aparecem interagindo num mesmo processo.

O Capítulo II consiste em uma caracterização do trabalho de turma em Itapira. Devido a sua importância na absorção de trabalhadores de turma, a Usina Nossa Senhora Aparecida foi tomada como foco central do relato.

No Capítulo III procuro articular os aspectos mais relevantes apresentados.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Silva, J. Gomes da e Rodrigues, V.L.G. da Silva, "A Problemática do "Bóia-fria": Uma Revisão Bibliográfica". Botucatu, UNESP, I Reunião Nacional sobre Mão-de-Obra Volante na Agricultura, 23-24 dez, 1975.
- (2) Ver, por exemplo, os termos propostos por Gonzales, E. N. e Bastos, Maria Inês, "O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira" in Pinsky, J. (org), Capital e Trabalho no Campo, São Paulo, Hucitec, 1977.
- (3) Sobre esta discussão ver Silva, J. Graziano da, "O "bóia-fria": entre âspas e com os pingos nos is". Botucatu , UNESP, III Reunião Nacional sobre Mão-de-Obra Volante na Agricultura, 1-2 dez, 1977.
- (4) Silva, J. Graziano da, op. cit.
- (5) Exceção seja feita a estudos tais como:
- Martinez-Alier, Verena, "As Mulheres do Caminhão da Turma"
in Pinsky, J. (org), Capital e Trabalho no Campo. São Paulo, Hucitec, 1977.
- Sigaud, Lígia, Os Clandestinos e os Direitos: Estudo sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo, Duas Cidades, 1979.
- (6) "disponibilidade para qualquer tipo de trabalho": expressão usada por D'Incao e Mello, Ma. Conceição, O Boia - Fria: Acumulação e Miséria. Petrópolis, Vozes, 5ª. ed., 1977, p. 88. "migrante permanente": tal como usada por

Stein, Leila, "O Trabalho Volante: Indicações para a Caracterização do Debate", CONTRAPONTO, ano 1, nº 1, nov. 1976.

A questão da intermitência do trabalho motivou, inclusive, um debate sobre a criação de Cooperativas de Mão-de-Obra Temporária.

- (7) D'Incao e Mello, Ma. Conceição, op. cit., p. 138.
- (8) Barros, E.C. e Urban, M.L. de Paula, "O Trabalho Volante: Notas para uma Caracterização". Botucatu, UNESP, III Reunião Nacional sobre Mão-de-Obra Volante na Agricultura, 1-2 dez, 1977.
- (9) Sabóia, L.H.F., "O Mundo do Volante - Trabalhadores Rurais de Cravinhos - São Paulo, 1974", Tese de Mestrado em Antropologia Social, IFCH, UNICAMP, 1978.
- (10) Ver: Stein, Leila, op. cit., p. 74.
- Walderley, Ma. Nazareth Baudel, Capital e Propriedade de Fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- Ver também as considerações acerca do debate sobre Cooperativas de Mão-de-Obra Temporária em Silva, J. Graziano da, "A Mão-de-Obra Volante em São Paulo". São Paulo, Hucitec, CONTEXTO, nº 5, mar 1978.
- (11) Silva, J. Graziano da, O Que é a Questão Agrária. São Paulo, Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1980.
- (12) Sobre a atuação e o número de Sindicatos ver Silva, J.

- F. da , "Atuação dos Sindicatos junto aos Trabalhadores Rurais". Botucatu, UNESP, IV Reunião Nacional sobre Mão-de-Obra Volante na Agricultura, 7-8 dez., 1978.
- (13) Ver, por exemplo, o caso das Ligas Camponesas em Wanderley, Ma. Nazareth Baudel, op. cit., p. 88-96.
- (14) Ver Pinheiro, P. Sérgio e Hall, Michael M., "Introdução" in A Classe Operária no Brasil: 1989 - 1930. São Paulo, Brasiliense - FUNCAMP, vol. II, 1981.
- (15) Ver: Perlman, J., O Mito da Marginalidade: Favelas e Política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- Kowarick, Lúcio, Capitalismo e Marginalidade na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- (16) Sigaud, Lígia, op. cit.
- (17) Martinez-Alier, Verena, op. cit.
- (18) Sahlins, Marshall, Cultura e Razão Prática. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- (19) Sobre esta discussão ver:
- Godelier, M., "A parte ideal do real" in Carvalho, Edgar de Assis (organizadôr), Godelier: Antropologia. São Paulo, Ática, 1981. (Grandes Cientistas Sociais 21).
- Durham, Eunice Ribeiro, "A Dinâmica Cultural na Sociedade Moderna". Rio de Janeiro, Inúbia, Ensaio de Opinião nº 4, 1977.

- (20) Martinez-Alier, Verena, op. cit.
Silva, J. Graziano da, op. cit.
- (21) Ver, por exemplo:
Boschi, Renato Raul (org), Movimento Coletivos no Brasil Urbano. Rio de Janeiro, Zahar, Debates Urbanos 5, 1983.
Perlman, J., op. cit.
Kowarick, Lúcio e Brant, V. Caldeira (coord), São Paulo 1975 - Crescimento e Pobreza. São Paulo, Edições Loyola, 1976.
- (22) Ver D'Incao e Mello, op. cit.
- (23) Sigaud, Lígia, op. cit.
- (24) Hoggart, Richard, As Utilizações da Cultura. Lisboa, Editorial Presença, 1973.
Jones, Gareth Stedman, "Working-Class Culture and Working-Class Politics in London, 1870-1900; Notes on the Remaking of a Working Class". *Journal of Social History*, Summer 1974, vol. 7, number 4.
Thompson, E.P., La Formación Histórica de la Clase Obrera. Barcelona, Editorial Laia, vol. 1, 1977.
- (25) Thompson, E.P., op.cit.
- (26) A questão teórica motivou discussões sobre o comportamento político de segmentos da classe trabalhadora tais como: "bóias-frias", colonos, operários.

CAPÍTULO I

POSTAL DA VILA

Um velho conhecido lembra a Zeca o tempo em que o bar tinha somente guaraná nas prateleiras. Conta-se que teve um dono, antes de Zeca, que era turmeiro e tinha um DKV do ano, e que, antigamente, ali onde tem o bar havia uma cerca com uma porteira. Era uma fazenda. Homem levava mulher para transar, era assaltado e saía de lá corrido. O pessoal brigava muito. Brigava até de foice. Até uns 15 anos atrás, poucas ruas havia. Depois começaram a vender um pedaço aqui outro ali, de repente começou a encher de casas. As casas eram todas de madeira. Mais tarde é que foram mudando para alvenaria. Água nem luz elétrica havia. Era o Risca Faca.

Hoje, o bairro se chama Vila Ilze e estima - se que tenha cerca de três mil casas. Foi o Centro de Ação Comunitária ⁽¹⁾ que fez o projeto para mudar o nome, para apagar o passado. O povo do bairro passou a usar o novo nome e raras vezes se ouve falar no Risca Faca. Quando se quer gozar com o outro, diz que ele é do Risca Faca. Foi o que aconteceu, certa vez, no bar do Velho Guerreiro. Numa roda, um cara dizia que era baiano, que já tinha andado por vários lugares trabalhando e um colega, brincando, disse que ele era do Risca Faca. O baiano não gostou, não. Outras vezes, é para mostrar como o bairro tem mudado: "Aqui agora tá até bom, tá calmo. O pessoal daqui tinha muito fogo, era um pessoal esquentado. Brigava de espingarda, foice, pau, o que fosse. Dava medo sair de casa. Isso daqui? Isso daqui era chamado Risca Faca". E quando se fala é baixo, quase em segredo.

Como o do Zeca, os bares são conhecidos pelos nomes de seus donos — o bar do Velho Guerreiro, o do Baiano, e de Zé Kêti. Somente o Mercadinho São Paulo tem o nome pintado na fachada. Todos eles ficam na Avenida São Paulo, a

principal do bairro, com exceção do de Zê Ketí, situado mais acima, junto à Vila Isaura. Muitos outros se espalham pela Av. Brasília, pela Rua Espanha, por todo o bairro do Cubatão.

Certa vez em que D. Aparecida prosava, na frente de sua casa, sobre as dificuldades da vida, comentou: — "Este aqui é um lugar de pobre. É verdade que tem os comerciantes, mas eles conseguiram aos pouquinhos". Assim é que Zeca, um dos mais antigos no bairro, tem carro, casas de aluguel e conserta relógios. O Velho Guerreiro tem carro, arrenda o bar há alguns meses e é operário da Fábrica de Papel e Papelão Nossa Senhora da Penha. O Baiano, pelo que se sabe, dedica-se apenas às atividades do bar, de sua propriedade. Zê Ketí, ex-trabalhador de uma fazenda de café, ex-trabalhador de turma da Usina Nossa Senhora Aparecida, ex-operário de uma fábrica local, tem o bar há um ano e meio. João Prefeito, dono do Mercadinho São Paulo tem carro e é também dono de uma distribuidora de bebidas.

Fim de tarde, início de noite. Os caminhões de turma fazem seu trajeto pela Vila, deixando os trabalhadores. Na carroceria, as mulheres na frente, junto à boléia, e os homens na parte de trás. Algumas vezes pensativos, outras, são os homens que brincam com as moças que passam na rua.

Logo se confundem com tantos outros trabalhadores que chegam do trabalho. Estão de volta aqueles que são trabalhadores da Prefeitura de Serra Negra e que também chegam em caminhão. Outros são pedreiros, faxineiros, motoristas, operários da Usina e das fábricas de Papel e Papelão. O moço do dia é quebrado por conversas, movimentos, barulho, músicas. Casas, grande parte do dia fechadas, se abrem. Os bares ganham vida.

Um ou outro trabalhador de turma desce do cami

nhão e chega até o bar. É para tomar uma "cana" e logo sair ou comprar uns dois quilos de arroz, um pedaço de fumo de corda ou uma outra coisa que está faltando em casa, que o dia de fazer despesas é o sábado ou mesmo o domingo. Se ele tem crédito com o dono do bar, manda anotar na cardeneta.

Que seja trabalhador, honesto no pagamento e não seja "encrenqueiro" são condições para que se tenha crédito, para que se consiga descontar um cheque, enfim, para que se mantenha um bom relacionamento com o dono do bar. Sendo um morador do bairro e já conhecedor da freguesia, o dono do bar sabe em quem pode confiar.

Não é difícil acontecer de um dono de bar perguntar a uma pessoa que ele não conhece se ela mora ali no bairro e se trabalha, justificando que por ali tem muito vagabundo que não gosta de trabalhar. Mesmo em relação àqueles fregueses já conhecidos, sempre se pode presenciar o dono do bar lhes perguntando onde estão trabalhando ou quando não, o próprio freguês, em conversa com o dono do bar ou com outros colegas, fornece informações acerca da sua situação de trabalho.

Zé Ketí, certa vez, louvando as qualidades do filho de Sr. Nilson, contou o caso de um rapaz que lhe pediu para vender uma pinga fiado. Como ele tivesse negado, o rapaz então pediu ao filho de Sr. Nilson para lhe pagar a pinga, ao que este respondeu — "Eu não pago. Se você não tem crédito com seu Zé em uma pinga, por que eu vou pagar? Vá trabalhar e arrumar dinheiro que seu Zé te dá crédito. E, com dinheiro, nem precisa de crédito".

São os "serrotes". Eles vivem pedindo para que lhes paguem uma bebida e, às vezes, até insistem para que isto ocorra. São por todos conhecidos e, em geral, identificados como malandros, vagabundos — " não gostam de traba

lhar, e mesmo tendo dinheiro, ficam por ali serrando para beber de graça". Embora o oferecimento para pagar bebida pa outro exista, não é comum. Quando um grupo está bebendo jun to, acontece de uma pessoa pagar uma rodada e uma outra pa gar a seguinte.

Mas malandro também é o "encrenqueiro". Tem fa ma de provocar encrencas, de ser esquentado, por qualquer coi sa arrumar briga. Em geral, não é visto com bons olhos, tanto pelo dono do bar — que não deseja estar recebendo a visita da polícia — como pelos outros fregueses. Como dizia um ra paz, em relação ao bar por ele frequentado — "Malandro aqui não tem vez. Quando chega um malandro aqui ninguém chega pa ra bater papo. A gente cumprimenta, no máximo, mas não bebe junto... O malandro chegá, toma sua cana e vai embora".

O sábado, dia de receber dinheiro, é também o de "fazer despesas", fazer as compras da semana. Operando em moldes semelhantes ao do bar, os supermercados do bairro, as sim como o açougue, mantêm um fichário com o nome daqueles que merecem seu crédito. As despesas são pagas uma semana depois de realizadas e, inclusive, se troca cheque, desde que com este se paguem as despesas. Porém muitos ainda continuam fazendo suas despesas no bar, e o de Zeca parece ser o mais completo. Além de arroz, feijão, batata, tomate, enlatados e produtos alimentares em geral, vende utensílios domésticos, produtos de limpeza e outras miudezas.

Com o dono do bar pode-se conseguir um prazo maior para o pagamento, pechinchar, descontar um cheque e, en quanto se fazem as despesas, pode-se tomar uma pinga e bater um papo, sendo o ambiente menos formal que no supermercado.

O ambiente no bar não se restringe ao seu inte

rior. Não são raros os momentos em que grupos de homens ficam ali pelas calçadas, discutindo futebol, jogando cartas, contando casos, falando da vida alheia. Mas, mesmo entre aqueles frequentadores mais assíduos, não é costume permanecer muito tempo, não sendo apreciados aqueles que assim fazem ou os que chegam a ficar bêbados.

As conversas tanto podem girar sobre pescaria, bailes, mulher, como sobre fatos ocorridos no trabalho de turma, sobre tempo de residência na Vila, problemas de trabalho, a qualidade das moto-serras (muito usadas para cortar pés de café) ou mesmo sobre a troca de uma bicicleta ou outro objeto qualquer.

O "rolo" ou "berganha", como costumam chamar, tanto pode ocorrer entre fregueses como entre o dono do bar e um freguês. Às vezes, o dono do bar serve apenas como intermediário, convidando um freguês a fazer a troca com outro, entusiasmando os "roleiros". Os objetos da troca podem ser uma bicicleta, um relógio, uma radiola, um gravador, um revólver, etc. Caso não consigam entrar em acordo, os interessados na troca podem marcar um novo encontro no bar para tentarem negociar.

No bar do Zeca, joga-se bilhar, mas o jogo mais comum mesmo é o carteadado. O baralho é do dono do bar, que às vezes também participa do jogo. Apostam-se dez, vinte, cinquenta cruzeiros por partida, ou em cervejas. Uma ou outra vez, aposta-se no "dedo de ferro", que consiste na medida de força física entre duas pessoas: cotovelos sobre a mesa ou sobre o balcão e mãos entrelaçadas, ganha aquele que consegue colocar o braço do outro em posição horizontal.

Como as relações entre freguês e dono do bar e mesmo entre os próprios fregueses são bastante pessoais,

não é estranho que a desconfiança e as tensões estejam sempre a ocorrer. A trapaça no jogo, a desonestidade no pagamento das partidas perdidas, a cobrança de uma dívida, o não pagamento de bebidas consumidas ou um incidente qualquer podem gerar discussões ou mesmo brigas, que muitas vezes ultrapassam os limites da situação que as motivou. Porém a atitude do dono do bar geralmente é de procurar acalmar os ânimos.

Uma vez, no bar do Velho Guerreiro, uma roda de homens conversava na calçada, quando passou um conhecido turmeiro com um pacote de carne. Um rapaz da roda gozou com o turmeiro, dizendo que ele comprava carne, mas não pagava a dívida que tinha com o Velho. O turmeiro ficou irritado e o rapaz então acusou-o de roubar um cruzeiro por dia de cada trabalhador e que por isto estava com tanto dinheiro. Somente com a interferência do Velho a discussão se encerrou.

Às vezes, os bares também são palco de festas. Além de um que era sede do Clube Recreativo da Vila Ilze e que, quinzenalmente, promovia festas aos sábados (mas que era conhecido pelo nome do dono do bar e não como clube), outro promovia os ensaios da escola de samba da Vila, cujo presidente era o próprio dono do bar⁽²⁾.

Cerca de dois meses antes do carnaval começavam os ensaios, aos domingos. Era realizados nas calçadas do bar, mas poucas pessoas chegavam para assistir, além dos participantes da escola. Diziam que costumava ter "encrenca". Uma vez foi o próprio dono do bar e presidente da escola que ameaçou chamar a polícia para acalmar os "encrenqueiros".

Muitos afirmam que restam poucos deles. Já foi pior. Era o Risca Faca...

Mas o bar é apenas uma pequena parte do mundo dos trabalhadores de turma. Prossigamos acompanhando duas famílias de trabalhadores de turma em seu modo de vida.

RECORDAÇÕES

A galinha de D.Tonha havia saltado o muro baixo e estava no jardim de D.Maria. Olhando o movimento na casa da vizinha por ocasião do casamento da filha desta, D.Tonha comentou: — "Eu não vou, mas minha galinha foi". Diziam que já tinham chegado dois barris de Chopp. Ao seu lado, sentada nos degraus da escada do quintal, D.Isabel perguntou: — "A senhora não vai, D.Tonha? Isto não é pra nós, não. Só tem grãfino. E D.Maria que disse que não ia ter festa, hem?" (3).

Os casamentos, pelo menos lá para os lados de Minas, antigamente, não eram assim não, concordavam as duas mulheres. "As festas eram com viola e sanfona e, no casamento, sempre tinha uma valsa. As danças de hoje é um tal de pula-pula! Tinha muita comida, muito doce, café e biscoitos, galinha, carne de boi e porco".

Para D.Isabel, antes, "a comida era feijão com angu de milho. Hoje, se não tem um macarrão não é comida". D. Tonha lembrava do tempo em que "comia feijão com beijos e aquelas coisas dentro e era tão bom!".

Quando criança, D.Isabel morava com seus pais e irmãos num sítio da família, em Ouro Fino — Minas Gerais. Tinha de tudo que fosse criação: porco, galinha, pato. E Plantavam de tudo: milho, mandioca, feijão. "Só não tinha arroz, mas feijão e carne não falta pra comer".

D.Isabel casou cedo e cedo ficou viúva. Aos 19 anos, e com quatro filhos, perdeu o marido. Foi então que veio de Ouro Fino para Itapira. Durante nove meses, pagou a aluguel de um cômodo no Cubatão, bairro vizinho à Vila Ilze.

Trabalhava de turma. Levava o filho mais velho com ela e deixava a filha de 6 anos tomando conta do irmão mais novo. A outra filha passou ainda uns tempos com sua irmã em Minas.

Quando chegou, estranhou os modos diferentes. As mulheres da turma davam risada dela: — "Elas falavam por que eu não fazia mineste, eu não sabia o que era e elas davam risada". Depois é que ficou sabendo. Mineste é fazer feijão junto com arroz, feijão com macarrão, qualquer coisa assim. Ao invés de fazer dois pratos em duas panelas, faz tudo junto numa panela só. Para quem acorda cedo, dá menos trabalho e economiza gás.

Daí então, já casada novamente, passou 10 anos morando numa fazenda em Amparo. O filho mais velho tinha 7 anos e já começava a trabalhar também. O patrão o obrigava a levantar cedinho e a trabalhar dentro d'água limpando arroz. O patrão morava nos Prados (bairro situado junto ao Cubatão, onde até há pouco tempo havia muitas chácaras e pequenos sítios) e levava uma turma de caminhão todo o dia para trabalhar na fazenda. O marido administrava a fazenda: olhava a turma, cuidava do gado, de tudo. Ela carpia roça e grama. Ela e o filho trabalhavam por dia.

O primeiro patrão era bom: — "Tinham muita fatura, muita criação, até vaca de leite". Cinco anos depois que lá estavam, a fazenda foi vendida.

— "A gente trabalhava feito burro, não tinha sol nem chuva, de segunda a domingo. No domingo, a gente trabalhava para nós, plantando arroz. Ele (o patrão) não fazia nada. Ficava lá deitado, comia do melhor. No sábado, eu morria de trabalhar limpando a casa, as escadarias, a casa cheia de ponta de cigarro que ele jogava".

Foi então que seu filho adoeceu. O menino ficou internado em Itapira e quando voltou, o patrão estava sempre de cara fechada. Tinham uma vaca de leite e "sabe o que ele (o patrão) fazia? Mandava os cocheiros (4) tirar o leite da vaca da gente junto com as outras equando a gente ia tirarnão tinha mais leite. O leite de nossa vaca tinha ido nos galões para a cidade".

D.Isabel foi até o Forum, na cidade, e conversou com o promotor. Este mandou uma intimação para o patrão e acabaram entrando em acordo. Receberam vinte e dois mil cruzeiros. Segundo D.Isabel, era para receberem muito mais, pois ela só falou do caso do marido e do filho, esquecendo-se de contar a si própria, que trabalhava também.

Quando acertaram, puseram as coisas em um caminhão: — "A gente não tinha nada. Só uns cacos. E mais 75 sacos de arroz". Em Itapira, venderam parte do arroz e ficaram com 40 sacos "para depósito", isto é, para consumo e venda posterior. Ganharam muito dinheiro com as criações. Tinham uma vaca e muitas galinhas. Trouxeram também uma égua e uma carroça, mas acabaram vendendo-as na cidade. Colocaram todo o dinheiro no Banco e passaram um ano morando na casa da sogra no Cubatão. Com aquele dinheiro compraram um terreno com uma casa na Vila Ilze: — "Hoje, se não tem tanta fartura, estamos no que é nosso. Se faltar trabalho, nós temos um lugar da gente. Naquela época tinha fartura, mas não sei, a gente nunca estava contente", dizia D.Isabel.

Nesta casa ficaram por algum tempo até que, aos poucos, foram construindo, no mesmo terreno, uma outra que faz frente com a rua e para a qual se mudaram. Inicialmente construíram dois cômodos onde passaram a residir. Depois, "puxaram" mais outros dois e o banheiro. Aproveitando o declive

do terreno, construíram um porão com dois cômodos, o qual passaram a alugar. A casa em que anteriormente moravam passou também a ser alugada, sendo que, há mais de dois anos, para a família de D.Tonha.

O marido e os dois filhos trabalham de turma. D.Isabel já não trabalha para fora, dedicando-se apenas aos serviços de casa: — "Não tem necessidade, o que eles ganham é o bastante. Além do mais tenho uma filha pequena".

Já D.Tonha, se fosse por ela, bem que gostaria de trabalhar. Trabalhou muito, mas hoje sua saúde não deixa. Seu marido e os quatro filhos trabalham de turma, enquanto a filha cuida da casa.

Moraram vinte e cinco anos em uma fazenda em Santa Rita, Minas Gerais. Trabalhava no roçado para eles e trabalhava para fora também. Era o tempo em que tinha saúde: — "Nós chegava de tarde do trabalho e de noite a gente ia trabalhar em casa. Nós batia arroz, tudo de noite".

O patrão era muito bom, mas quando morreu, a herança foi dividida e os filhos "mudaram tudo, acabaram com a plantação e puseram gado. Me obrigaram a vender as galinhas, plantaram capim e puseram boi até no meu terreiro". Assim foram sendo obrigados a sair. Não tiveram qualquer indenização.

Depois de algum tempo na cidade de Santa Rita, resolveram vir para Itapira, onde já morava um filho casado, que tinha uma posse na Vila Ilze. O que mais os "zangou" em Minas e os fez virem para Itapira foi o fato de haver pouco trabalho para muita gente: — "De primeiro, tinha muito café. Depois, acabaram com o café e puseram gado". Havia trabalho de turma no arrozal, no milho, mas era pouco: — "Os homens

saíam pra trabalhar 8 horas da manhã e 2 a 3 horas da tarde já estavam de volta, pois o trabalho tinha terminado".

Em Itapira, ficaram por alguns meses na Vila Ilze até que arranjaram um sítio para morar, perto de Eleutério, distrito de Itapira. Plantavam nove alqueires de algodão, "de meia". Tinha muita fruta e plantavam um pouco de arroz, de milho. Criavam galinhas e porcos. As turmas iam lá trabalhar na "panha" do algodão e, todo dia, ela (D. Tonha) vendia um "colosso" de ovos e de frangos. Quando voltaram para Santa Rita, ela levou cinco mil cruzeiros que havia juntado da venda de ovos e de frangos. Este dinheiro só terminou na ocasião em que retornaram a Itapira, quando comprou uma cama.

O marido "resolveu que ia embora, que ia embora. Se a gente tivesse ficado lá (no sítio), já tinha uma casa aqui na cidade". Ao mesmo tempo lembra de sua saúde. O sítio era longe e "na hora que precisasse, não tinha recurso, não tinha médico, não tinha Santa Casa.

Passaram um ano em Santa Rita, depois foram para um sítio em Pamongava, para os lados de Ourinhos, Estado de São Paulo, onde passaram dez meses. Trabalhavam para si próprios e para o patrão, carreando gado. Mas lá chovia muito e perderam muita colheita. Também, nessa época, seu filho mais novo adoeceu e voltaram para Itapira, onde estão há cerca de dois anos e meio.

Desta última vez em que a família de D. Tonha veio para Itapira ela não teve dificuldade em arranjar casa. D.Tonha falou com D.Isabel, que já era sua conhecida do tempo em que foi sua vizinha (quando morou nesta mesma casa em que hoje mora D.Maria) e esta, então, lhe alugou a casa que

fica na parte baixa do terreno. Já tinha gente na frente com a preferência. Mas ela alugou para D.Tonha, que já era sua conhecida.

Em negócio de casa, tem muita confusão. Por não pagar o aluguel, atrasar o pagamento, criar confusão com os vizinhos, muito inquilino é considerado vagabundo, malandro. Dizem que teve um inquilino ali na Vila que não pagava o aluguel. O proprietário cansava de cobrar e ele não pagava. Um dia, o proprietário invadiu a casa e meteu um tijolo na cabeça dele. Segundo D.Isabel, tem inquilino que não paga porque não tem dinheiro, mas tem muita malandragem também.

Não existe contrato. Não adianta ter contrato que "eles" não pagam mesmo. D.Isabel já teve experiência com contrato. O inquilino não pagava o aluguel, não trabalhava e ainda dizia: — "Agora estou numa vida boa, não pago aluguel". Para colocá-lo para fora, ainda teve de pagar advogado. Em relação à família de D.Tonha, ela nunca teve problema — "É uma família de preto, mas gente honesta. Faz mais de dois anos que mora aí e nunca atrasaram aluguel. É uma família grande, mas você nunca vê confusão. Os rapazes entram e saem e nunca tiveram problema com os vizinhos".

Para se conseguir casa, sempre é bom ter conhecidos no bairro, que sirvam de referência. Ninguém gosta de alugar casa para gente de fora, sobre quem não se tem informação. Mas, no final, o que vale é a palavra, a palavra de homem. Não pagar é não cumprir a palavra dada, é ser desonesto. Para mulher, então, ninguém gosta de alugar. Tem de haver um homem que garanta por ela. A mulher pode procurar casa, mas na hora de acertar é com o homem. Para o proprietário, "ela pode ter o dinheiro para pagar o primeiro mês (que, em geral, é exigido adiantado), mas quem garante que ela paga os outros meses?"

Por uma casa de dois cômodos, em 1979, pagavam-se cerca de mil e duzentos cruzeiros de aluguel, incluídas as despesas com água e luz. Uma de quatro cômodos estava por dois mil e quinhentos cruzeiros. Em geral, considera-se que uma casa de dois cômodos "serve" para um casal com crianças (para um casal, um cômodo é o bastante); uma de quatro cômodos, para uma família grande que tenha vários adultos.

Sendo inquilina antiga e dadas as condições precárias da casa, D.Tonha e sua família pagavam, até meados de 1980, mil e seiscentos cruzeiros de aluguel, incluída apenas a água. Depois a conta da água passou a ser também dividida com os inquilinos. Segundo D.Isabel, a família era grande e gastava muito.

É uma prática muito comum entre proprietários, como o fez D.Isabel, construir várias casas num mesmo terreno e alugá-las. A área livre entre as casas, assim como o banheiro e a torneira ou o tanque de lavar roupa são de uso coletivo dos moradores.

A casa de D.Isabel dispunha de tanque de lavar roupa e banheiro com água quente. Na sala, cujas paredes eram enfeitadas com fotografias dos casamentos das filhas, havia duas poltronas, um sofá-cama, uma mesinha de centro, uma máquina de costura, uma televisão e um toca-discos (os rapazes possuíam também gravador). Um dos quartos era ocupado pelo casal e pela filha de cinco anos, enquanto o outro, pelos dois rapazes. Na cozinha, um conjunto de armário e cadeiras de fórmica, uma pia, dois fogões - apesar de possuir um fogão em bom estado, recentemente havia comprado outro - e uma geladeira comprada a prestação no Natal de 1979.

Lá em Minas não tinha esse negócio de móveis, não. "Era uma mesa, uns bancos, e as camas eram feitas em casa mesmo. Não ligava pra essas coisas". Aqui na cidade é que

começaram a comprar móveis.

Como muitos moradores — proprietários, à medida que a Prefeitura realizava as obras de assentamento de guias e pavimentação das ruas, D.Isabel fazia a calçada, pintava a casa e substituía a pequena cerca de madeira, na frente da casa, por uma grade de ferro. Uma parte do serviço foi feita por pedreiro, enquanto outra pelo marido e filhos, durante o fim de semana.

Na casa de D.Tonha, de paredes bastante estragadas, entrava água tanto pela porta como pelo telhado, quando chovia. Tinha uma sala com duas velhas poltronas, um sofá-cama e uma mesa de madeira; uma cozinha com um fogão a gás e uma mesa. Num dos quartos dormia o casal e no outro, os quatro rapazes, enquanto a filha dormia na sala. Na parte externa, junto à porta lateral que dava acesso à cozinha, havia um fogão a lenha, construído de tijolos, onde se cozinhava e esquentava água para o banho, pois o fogão a gás somente era usado de madrugada, quando se preparavam as marmitas.

Tanto no porão como na casa de D.Tonha, não havia banheiro. O banho era tomado dentro de casa, em bacia. A água era retirada de uma torneira existente na parede da casa de D.Isabel, de onde se puxava uma mangueira para o pequeno quintal entre o porão e a casa de D.Tonha. Ali, onde se lavava roupa, formava uma poça permanente de água suja. O sanitário dos inquilinos era um quartinho, de chão de tábuas, construído sobre uma fossa.

Em julho de 1980, foi construído um banheiro com instalações sanitárias e colocado um tanque para lavar roupa junto à antiga torneira para uso dos inquilinos.

Em maio, o aluguel da casa de D.Tonha havia si

do aumentado para dois mil e quinhentos cruzeiros. D. Isabel justificava que havia escutado pela televisão que quando o salário aumentava podia aumentar o aluguel e que o salário já havia subido.

São as preocupações da vida do pobre na cidade. É tanta coisa para pagar, para gastar dinheiro! "Na roça, o ganho é pouco, mas já vem tudo incluído", dizia D. Tonha. Comprar uma casa através da COHAB — no bairro dos Prados foi construído um conjunto de casas populares — não podiam, pois para isto tinha de "ser fixo". É por isso que, segundo D. Tonha "Rico não pensa. O que quer, faz. Não precisa nem pensar. Pobre não, só faz pensar e tem tanto no que pensar..."

Com as chuvas do fim do ano de 1979, a rachadura que havia na parede do quarto dos rapazes aumentou tanto, que dava para enxergar do outro lado. Também a parede da cozinha estava trincada. Queixavam-se a D. Isabel, mas esta nada fez e dizia que para consertar seria necessário que eles saíssem da casa por algum tempo. Evidenciava ainda que a casa, sendo consertada, teria o aluguel aumentado — o que acabou acontecendo, mesmo sem o conserto ter sido realizado.

Embora as relações entre as duas famílias, mantidas especialmente entre as mulheres na sua prática cotidiana, fossem bastante estreitas, o problema da casa ocasionou tensões muitas vezes expressas em comentários como: "O dinheiro da gente eles querem, mas a gente tá doente e tem de tirar água de dentro de casa. A gente já falou, mas eles não conserta".

Em setembro de 1980, tendo o porão ficado desocupado, D. Isabel já pensava em alugá-lo para Antonio, filho mais velho de D. Tonha, que iria viver com a noiva, pois era conhecido e sabia que era um rapaz direito, que não gostava de confusão.

NO BATEENTE

Todo dia D.Isabel acorda às 4 horas da manhã. A pronta o almoço e quando vai arrumar as mochilas acorda os homens. Às 6 horas eles têm de estar no "ponto", pois o caminhão não espera.

Pela manhã arruma a casa, lava roupa. Logo de pois do meio-dia leva a filha à escola, indo pegá-la às 16:30 horas. No meio da tarde prepara a janta. Em geral, é prepa rada somente uma refeição por dia. O feijão, cozido na pane la de pressão, e o arroz são preparados para o jantar e para o almoço do dia seguinte. Cozinha um quilo de arroz por dia. Assim, cedinho, quando os homens vão para o trabalho, ela só precisa fazer uma mistura e o café.

Algumas vezes, quando estava cansada ou doente, ela podia pagar uma mulher para lavar a roupa ou ajudá-la em casa. Certa vez em que se encontrava com um dedo doente, pa gou uma moça, durante mais de uma semana, para fazer os ser viços de casa.

Em outubro de 1979, as despesas da casa chega vam a mil e quinhentos cruzeiros por semana. As compras eram realizadas por D.Isabel, no sába do, num supermercado do bairro. Outras vezes isto ocorria já na sexta-feira, o que mos trava que havia disponibilidade de dinheiro, não havendo ne cessidade de esperar aquele recebido pelos homens no sába do.

Tomando um ar de importância, D.Isabel costuma va dizer: — "O pessoal lá em casa são três homens e a menina. Os homens trabalham na roça, mas gostam de comer bem. Não comem sem mistura, não. Só de carne é trezentos cruzeiros por

semana". Toda semana comprava uma lata de óleo, dois quilos de toucinho, e quatro de açúcar. Em agosto de 1980, as despesas chegavam a dois mil cruzeiros por semana, fora as carnes.

Toda semana comprava um quilo de bifés, além de carne de porco, lingüiça e às vezes galinha. Sr. Carlito, seu marido, é descendente de italiano e, no domingo, não dispensava uma macarronada e um pouco de vinho. Depois que comprou a geladeira sempre tinha em casa refrigerantes, maionese, salame.

No início do mês de dezembro de 1979, Sr. Carlito comprou um leitãozinho por quatrocentos e cinquenta cruzeiros e pôs num cercado no quintal para engordar para o Natal. Uma banda do leitão foi rifada e rendeu um dinheiro para o Ano Novo. A outra foi assada no dia de Natal e comeram a companhada de Sidra Cereser, sendo que um pedaço do assado foi mandado para a casa de D. Tonha.

Na casa de D. Tonha quem cuida dos serviços domésticos é Luci, sua filha. Como a família é grande, tododia pela manhã e pela tarde ela lava roupa. A comida é preparada no fogão a lenha (construído do lado de fora da cozinha) e não possui panela de pressão. Cozinha apenas uma vez por dia, com exceção do fim de semana, quando o almoço e o jantar são preparados separadamente. Sempre ganha de um e de outro um pouco de madeira velha ou, quando não, compra lenha na mão de um carroceiro. Quando chove muito, cozinha no fogão a gás, mas neste caso só se faz um prato, que é para não gastar muito gás. Comumente o fogão a gás é usado apenas para esquentar a comida pela manhã cedo, no momento em que se arrumam as mochilas dos homens.

As despesas são feitas por Toninho, o filho

mais velho, no sábado, também no supermercado. Depois de receberem o pagamento, os homens entregam para D.Tonha o dinheiro, do qual ela tira uma parte para as despesas da semana. Os homens, certamente, ficam com algum dinheiro para o cigarro, a bebida ou outra despesa eventual.

D.Tonha lembrava, em fins de 1979, que quando chegaram em Itapira "fazia as despesas da semana com quinhentos cruzeiros; depois passou para mil cruzeiros e hoje dois mil cruzeiros não tá dando". Em sua casa são sete pessoas: o casal, quatro filhos e uma filha. Só de arroz gastava dez quilos por semana. Todo dia tem de ter feijão:—"O dia que fala que não tem, precisa ver como eles (os filhos) ficam bravos". Óleo não compra; compra o toucinho e frita para tirar a gordura.

Antes, costumavam comprar fígado de galinha. Era barato. — "Agora, tá pra mais de cinquenta cruzeiros o quilo". Fígado de boi, de vez em quando, também compravam, porque ela (D.Tonha) tem problema na vista e quando come sente-se melhor. Mas agora não dá mais, está caro. Em meados de 1980, as despesas às vezes passavam de dois mil cruzeiros. Olhe que se fossem comprar tudo que "quizessem", seria muito mais. Com o dinheiro recebido do marido e dos filhos, fazia as despesas e quando tinha de pagar uma prestação, comprar um botijão de gás, havia semana que não sobrava nem para o cigarro.

Num cercado entre a escada e o muro da casa de D.Maria, D.Tonha plantou uns pés de couve, cebolinha, erva-doce e hortelã. No mais, criava umas duas galinhas. Ficavam soltas, ciscando por alí, que milho não tinha para dar a elas. Quando achava quem comprasse, D.Tonha vendia os ovos. Meia dúzia por vinte cruzeiros.

Para quem passa apertado, como no caso dos trabalhadores de turma, até a chuva é preocupação. Na região, cos-tumava chover muito nos meses de outubro, novembro e dezembro, período de corte de cana. É como disse certa vez um trabalhador: — "Tem dia que a gente sai e é só pra passear de carro, pois a chuva não deixa trabalhar". Além do mais, a chuva impede a queima da cana para o corte. Para quem trabalha por empreita, havendo pouca cana queimada, o trabalho não rende muito. Também durante a "panha" do algodão, às vezes, chegava-se a perder até três dias de trabalho em uma semana por causa da chuva.

De vez em quando, acontece também da Usina mandar parar o corte de cana por um ou mais dias, devido ao acúmulo de cana cortada, e as turmas ficam sem trabalhar.

Porém não se pode dizer que os trabalhadores de turma deixassem de trabalhar por escassez de trabalho. Ora carpindo, destocando roça, ora cortando cana, colhendo café, Sr. José (marido de D. Tonha) trabalhava regularmente. Também os seus dois filhos mais velhos, que nos três últimos meses de 1979 e início de 1980 trabalharam cortando ou plantando cana, de fevereiro a maio "panharam" algodão e a partir de junho já cortaram cana novamente. Na "panha" do algodão, em 1980, tirava-se cerca de mil e quinhentos cruzeiros por semana, caso não se faltasse nenhum dia, e no corte de cana, de mil e duzentos a mil e quinhentos cruzeiros por semana.

O filho mais novo, de 16 anos, embora tivesse trabalhado na "panha" do algodão e depois no corte de cana, eventualmente trabalhava. Quando chegaram para Itapira ele estava muito doente. Fez tratamento, mas ainda se considerava que ele era muito fraco. Pra ele, guardavam um projeto de trabalhar na Fábrica de Papel e Papelão existente no Cubatão, quando completasse 17 anos.

Também a um outro filho, por ter estado doente anteriormente, inclusive internado no hospital psiquiátrico, pouco se pressionava para que ele trabalhasse. Quando ele não queria ir trabalhar, não ia.

Comparando-se com os tempos em que moravam em Minas, consideravam que em Itapira ganhavam muito, apesar do trabalho ser duro. É que em Santa Rita havia pouco trabalho para muita gente. Mas, em relação à alta do custo de vida, ganhava-se pouco. No mês de agosto de 1980, por exemplo, a família de D.Tonha passou apertada. Durante vários dias, um dos filhos não trabalhou, por estar com um pé machucado. O Sr. José ficou uns dois dias sem trabalhar, pois as turmas faziam reivindicações e, como forma de pressão, se recusavam a trabalhar. Antonio, outro filho, havia comprado um fogão (a noiva estava grávida e ele se preparava para casar) e tinha de pagar prestações, o que reduziu a contribuição que dava para a família. Havia despesas com remédios para D.Tonha, que andava muito doente. Além do mais, o aluguel tinha sido aumentado e a conta da água passou a ser dividida com D.Isabel. Para reduzir as despesas, pediram a D.Isabel que desligasse o chuveiro de água quente, recentemente instalado no banheiro dos inquilinos.

Também na família de D.Isabel os homens trabalhavam regularmente e se um deles deixou de trabalhar na roça, não foi por falta de serviço, mas para "ganhar profissão". (5)

O Sr. Carlito, que sempre trabalhou na agricultura, no início de 1980, passou a abrir cova de café por empreita, ocasião em que ganhava cerca de quatrocentos cruzeiros por dia. A partir de junho, trabalhou roçando pasto, mas queixava-se de que o serviço não estava rendendo muito,

pois o terreno era cheio de pedras. Em agosto, surgiu a possibilidade de ele "pegar uma meia" de café com o genro em um sítio em Ouro Fino (Minas Gerais) e enquanto não resolvia, continuava no serviço de turma.

O filho mais velho, que até então trabalhara de turma para a Usina N.S. Aparecida, cortando, amontoando e plantando cana (tendo inclusive carteira assinada), em dezembro de 1979, quando a safra terminou, pagaram o que lhe deviam e foi despedido. Sua turma passou, então, a trabalhar para a Usina Esmeralda ⁽⁶⁾ plantando cana. Em julho, ele trabalhou por alguns dias, colhendo café, passando logo depois a cortar cana. No corte de cana, era pago por dia, e quando não faltava nenhum dia na semana, ganhava o domingo e o feriado (caso tivesse), percebendo assim mil e duzentos cruzeiros por semana.

O outro filho, de 17 anos, que até o final de 1979 trabalhava de turma, em janeiro de 1980 passou a fazê-lo em uma empresa de beneficiamento de algodão. Em maio desse mesmo ano, através de um amigo da família (residente na mesma rua em que moravam), conseguiu emprego numa metalúrgica em Amparo, onde ganhava 16,90 cruzeiros/hora, tendo de fazer um mínimo de cem peças por dia. Embora ganhasse menos do que trabalhando de turma, tinha carteira assinada, INPS e, acima de tudo, havia a possibilidade de "ganhar profissão" — isto é, a partir da sua aprendizagem na fábrica, de especializar-se. Além disso, sempre conseguia fazer horas extras.

GREVE NO CANAVIAL

Todos sabem o dia em que o corte de cana vai

começar. Através dos companheiros de turma, dos turmeiros, dos vizinhos, dos parentes, dos conhecidos que se encontram na rua e nos bares, a notícia se espalha. A "panha" do algodão está terminando e alguns já limpam a moringa, pois o que se sente muito durante o trabalho no corte de cana é sede.

Da mesma forma, mas não com o mesmo alcance, vão chegando as informações sobre outras opções de serviços de turma e de trabalho em geral, sobre o ganho, etc. D. Zinha, por exemplo, que havia recentemente "panhado" algodão, não quis trabalhar no corte de cana. Com 49 anos e separada do marido, morava com um filho que pagava as despesas da semana enquanto ela assumia o pagamento do aluguel. Um conhecido a chamou para se empregar em uma fábrica de blocos e ela também não aceitou, pois achou o serviço muito pesado. Preferiu trabalhar de turma na "quebra" do milho, ganhando por dia, quando um outro conhecido a chamou. Para ela, receber por dia era melhor. Podia trabalhar devagar, sempre arranjando um jeito de descansar um pouco, pois não adiantava se esforçar que o ganho era o mesmo.

No bairro residem também os turmeiros e os fiscais de turma. São por todos conhecidos e para alguma informação sobre o trabalho podem ser procurados em casa. Não é difícil também acontecer de um trabalhador ir passando pela rua, encontrar um turmeiro e este lhe informar qual o serviço que sua turma está fazendo e quanto está pagando.

Quanto aos homens, em termos de vizinhança, se poderia até pensar que eles não se conheciam. As mulheres, na maioria das vezes, é que mantinham as relações entre famílias e, por seu intermédio, passavam muitas das informações que chegavam em casa, não somente relativas a trabalho, como sobre casas disponíveis para aluguel, formas de tratar

doenças, experiências pessoais de vida, acontecimentos da Vila.

Preparando a comida, lavando roupa ou simplesmente sentadas nas calçadas, as mulheres sempre encontravam oportunidade para bater papo. Morando em casas separadas por pequenas cercas de madeira ou muitas vezes situadas em um mesmo terreno (neste caso, com áreas e instalações de uso coletivo), elas conversavam sobre filhos, doenças, trabalho, problemas pessoais, sexo e não deixavam de se ajudarem mutuamente.

D.Tonha, por exemplo, "já cansou" (7) de cuidar da filha de D.Isabel, enquanto ela saía para a cidade para fazer um pagamento, fazer compra, ir ao médico ou resolver um problema qualquer. Ultimamente, D.Isabel costumava deixar a menina com outras conhecidas que moravam ali na mesma rua. Outras vezes, quando acontecia dela estar muito ocupada, pedia para uma das filhas dessas suas conhecidas pegar a menina na escola.

Se a mulher que trabalha tem filho pequeno, desde que no grupo doméstico não haja uma outra mulher que possa se encarregar da criança — que tanto pode ser mãe, a sogra, uma filha, etc. — o jeito é deixá-la sob os cuidados de uma conhecida que resida na vizinhança e cujos serviços são pagos (8). Ou, quando não, colocá-la na creche existente na Vila (9). Neste último caso, saindo para trabalhar cedo e, muitas vezes, chegando tarde, a mãe tem de arranjar alguém para levar e buscar a criança. Uma outra forma, também, consiste em deixar as crianças maiores tomando conta das menores.

A trabalhadora de turma, que consegue colocar seu filho na creche, tem sempre de apresentar uma caderneta

assinada pelo turmeiro, comprovando sua freqüência ao trabalho. No caso de faltar um dia ao trabalho, ela deve apresentar atestado médico à creche. Esta medida é adotada porque, no caso da trabalhadora de turma, na maioria das vezes, o vínculo empregatício não se encontra registrado em carteira de trabalho. Embora não se possa delinear qualquer relação entre a creche e os turmeiros ou a Usina, tal medida constitui indiretamente uma forma de controle exercida pela creche, pois a trabalhadora passa a se preocupar em trabalhar regularmente, de maneira que seu filho não perca a vaga no estabelecimento.

Também no local em que D.Zinha, trabalhadora de turma, morava, as mulheres se ajudavam. Eram três casas em um mesmo terreno, na Vila Ilze. Em uma delas, residia uma trabalhadora de turma; na outra, D.Zinha com seu filho e, na terceira, uma mulher com dois filhos pequenos. O banheiro e o tanque de lavar roupa e utensílios domésticos eram de uso coletivo. A existência de áreas coletivas facilitava um relacionamento mais estreito entre os vizinhos, embora também exigisse uma certa organização e disciplina por parte dos moradores. A privacidade do interior de cada casa, no entanto, era preservada.

No dia seguinte à festa de São Benedito, tanto D.Zinha como a outra trabalhadora de turma pressionavam para que a vizinha cuidasse dos filhos e dos serviços da casa. Entretanto a mulher havia bebido muito na festa e não se dispunha a fazer nada. Ao mesmo tempo, D.Zinha se propôs a torcer a roupa para ela, enquanto a outra trabalhadora de turma havia lavado os sapatos das crianças. Também em casos de doença, a ajuda entre vizinhos podia ser observada, por exemplo, na feitura de um chá ou no cuidado em levar as crianças à farmácia ou ao Posto de Saúde.

As tensões e os desentendimentos, no entanto, não deixavam de ocorrer. Eram, por exemplo, por causa de brigas entre crianças ou quando crianças incomodavam um vizinho (uma pergunta que sempre se fazia à pessoa que desejava alugar uma casa, era se esta possuía filhos pequenos) quando alguém jogava água suja ou lixo na porta do outro, ou ocupava por muito tempo o tanque de lavar roupa.

Visitas não se costumava fazer, nem mesmo a parentes. Somente em situações especiais, como em casos de doença, isto poderia vir a acontecer. Os contatos mantidos no cotidiano dispensavam esses encontros formais. Quando se precisava, podia-se contar com um conhecido, e ser "conhecido" de uma pessoa significava ter laços de amizade com ela, e não necessariamente ser um parente.

Entre as vizinhas que tinham maior aproximação era natural que se pedisse emprestado um pouco de açúcar, de pó de café, de farinha de milho, assim como se podia oferecer alguma comida especial, frutas, quando se tinha em casa. D.Tonha mesmo, de vez em quando colhia uns pés de cebolinha e de couve no seu canteiro e oferecia a algumas vizinhas.

Na verdade, todas as famílias que moravam na vizinhança eram, de certa forma, conhecidas — no sentido que se sabia quem eram, o que faziam. Porém, em relação a algumas era-se indiferente ou mesmo evitava-se bater papo ou qualquer tipo de aproximação. Destas, dizia-se que tinham filhos ladrões, vagabundos: — "gente que não gosta de trabalhar", e que tal família: — "não presta, não custa nada se meter com a polícia" ou que: — "Por qualquer coisa cria caso. Ninguém pode reclamar nada das crianças deles".

Quando a família de D.Tonha chegou pela primeira

ra vez à Vila, possuía um "monte" de enxadas e enxadões. Deixaram as ferramentas do lado de fora da casa durante a noite e no outro dia não havia mais nada. Levaram tudo. Para trabalhar, os homens tiveram de sair para comprar novas ferramentas.

É por isso e por muito que já viu e que já ouviu contar, que D.Tonha dizia que ali na Vila tem muito vagabundo. Lembrava-se de que ali já foi chamado Risca-Faca : "O povo daqui era pinga-fogo, tinha muita briga. Por causa desta fama, a polícia só vive passando por aí. Mas diminuiu muito, pois a polícia bate, prende. Agora tem mais é ladrão e maconheiro. Ladrão rouba os rico e maconheiro não vem na casa da gente. Fica lá pelos cantos dele".

Na casa de D.Isabel, o marido e os filhos não costumavam sair. Nos momentos em que não estavam trabalhando, ajudavam a fazer algum conserto em casa, assistiam televisão, ou podiam ser vistos sentados na cozinha ou na pequena área de serviço, conversando. Apesar de D.Isabel se encarregar dos serviços domésticos, algumas vezes, quando ela viajava para Campinas para tratar da saúde, Sr. Carlito cuidava da menina, fazia as despesas e cozinhava, mesmo durante a semana, perdendo dia de trabalho.

Já na casa de D.Tonha, os homens chegavam do trabalho, tomavam banho e saíam para a rua. À noite, depois de jantar, os rapazes voltavam a sair. Nos sábados à noite, gostavam de ir a festas quando estas aconteciam. No domingo, quando estavam em casa, aproveitavam para dormir ou ficavam por ali batendo papo entre si e/ou ouvindo música numa velha vitrola. No fim de semana, costumavam também "bater uma bola" com o pessoal da Vila.

A não ser que um assunto os motivasse, os homens

não costumavam bater papo com os vizinhos. Eles podiam ser encontrados pelos bares, nas ruas, mas raramente eram vistos pela vizinhança conversando. Aquela era uma área reservada às mulheres.

Certa vez, quando um dos filhos de D.Isabel de sejava pedir emprestado uma foice ao Sr.José, foi D. Isabel quem tratou de fazer o pedido a D.Tonha. Da mesma forma, no dia em que este mesmo filho sofreu um corte no braço, o turmeiro pediu ao filho de D.Zefa — que nesta ocasião trabalhava na mesma turma — para que avisasse à sua família do o corrido e que trouxesse sua foice para casa, enquanto o ra paz ia ser medicado. Porém quem foidar o aviso e entregar a foice foi sua irmã.

No entanto, em situações especiais, o trabalho podia ser motivo de conversa entre os homens.

Em um dia do mês de agosto de 1980, o Sr. José estava saindo de casa, quando encontrou o marido de D.Isabel na escada, e então lhe contou sobre a recusa das turmas em irem trabalhar. Era época de corte de cana e várias turmas que trabalhavam por empreita (em áreas que não eram de pro priedade da Usina N.S.Aparecida) não estavam satisfeitas. Com pouca cana queimada, o trabalho por empreita rendia pouco. Então, as turmas combinaram não ir trabalhar até que o pro prietário decidisse: ou queimava bastante cana, ou as turmas somente iriam trabalhar ganhando por dia.

Aquele já era o segundo dia que o Sr.José pas sava sem trabalhar. Naquela manhã, bem cedo, ele saiu para pa ra pegar o caminhão, mas logo depois estava de volta. Somente quatro trabalhadores apareceram e o turmeiro não quis levá-los ao canavial, pois para ele não compensava. Preocupado, Sr.

José dizia: — "O negócio (a vida) está dureza, mas se os companheiros de turma não querem ir trabalhar, o que que se pode fazer?"

Mobilizações coletivas dos trabalhadores de turma era relativamente comuns, principalmente durante o corte de cana. Além da questão da modalidade do trabalho (por empreita ou por dia), às vezes os trabalhadores se mobilizavam para alcançar salários mais altos.

No caso do trabalho por empreita, muitas vezes os trabalhadores discordavam do preço estabelecido para o metro de cana cortada. Por este motivo, na Usina Nossa Senhora Aparecida, durante o corte de cana, quase sempre havia paralisações dos trabalhadores. É verdade que nem sempre os protestos e ameaças de paralisação chegavam a se concretizar. Os turmeiros e os fiscais de turma estavam sempre atentos para esses movimentos dos trabalhadores. Às vezes, a Usina reprimia o movimento, dispensando aqueles trabalhadores identificados como provocadores; outras, quando o encarregado de turma percebia que a mobilização envolvia um grande número de trabalhadores, a Usina procurava entrar em acordo com os mesmos. Segundo um fiscal de turma, a Usina, prevendo a ocorrência destes movimentos, sempre estabelecia um preço até onde a negociação podia chegar, caso fosse necessário.

Um trabalhador ia falando para o outro que "o preço estava baixo, que assim não dava, até que acabavam parando". Enquanto trabalhavam, durante o percusso de caminhão, ou mesmo em contatos mantidos na Vila, os trabalhadores iam conversando. Até que, estando muitas pessoas de acordo com a paralisação, chegavam para o encarregado de turma e avisavam que parariam suas atividades, caso a Usina não aumentasse o preço do metro quadrado de cana cortada. As paralisações consistiam em os trabalhadores chegarem ao local de trabalho e recusarem-se a trabalhar. O movimento de paralisação podia

atingir uma ou várias turmas, sendo evidente que quanto mais turmas conseguia mobilizar, maiores eram as chances de alcançar seu objetivo.

Num domingo do mês de julho de 1980, dia da Romaria dos Cavaleiros do Bairro dos Prados, estavam todos pelas calçadas, conversando, dando risadas, esperando a romaria passar. Encontrando um fiscal de turma da Usina N.S. Aparecida, uma trabalhadora de turma lhe perguntou se sabia que quase a despediram do corte de cana. Segundo ela, as turmas estavam ameaçando parar, caso não lhes pagassem melhor. Por sua vez, a Usina havia avisado para dez trabalhadores — entre os quais estava ela — identificados como provocadores, que não continuassem o movimento, senão seria despedidos. Dois destes trabalhadores terminaram por serem dispensados realmente.

Mas não só no trabalho do corte de cana ocorriam manifestações dos trabalhadores de turma. Certa vez, no bar de Zé Preto, um trabalhador contava que um dia saíram para trabalhar perto de Sertãozinho na "limpa" do milho e a ordem era para trabalharem direto até às 2 horas da tarde. Havia várias turmas trabalhando no local. Quando deu meio-dia, começou a chover forte e eles foram para um rancho onde almoçaram e ficaram conversando. Quando foram receber o dinheiro, "o turmeiro falou com a turma que o homem (o patrão) tinha dito que ia pagar meio-dia de trabalho. A turma disse que tinha trabalhado e queria o dia todo, pois não tinha culpa de ter chovido". O turmeiro voltou a conversar com o proprietário e ele terminou pagando o dia todo.

Não havia qualquer alarde em torno dessas manifestações. Elas podiam até passar despercebidas para aqueles que estavam fora do seu ambiente, embora todos soubessem que elas costumavam acontecer.

Conhecer os companheiros de turma, saber com quem podiam contar ou em quem confiar, eram fatores que concorriam para o processo de mobilização. As relações entre trabalhadores, mantidas tanto no ambiente de trabalho como no local de moradia, e as informações obtidas no cotidiano proporcionavam esse conhecimento mútuo. O fato de os trabalhadores não se sentirem satisfeitos com a remuneração recebida, por si só não dava viabilidade a um movimento. O processo de mobilização envolvia valores tais como: ser trabalhador, ser honesto e não ser "encrenqueiro", valores esses que se encontravam disseminados nos pormenores da vida cotidiana dos trabalhadores.

NOTAS

- (1) O Centro de Ação Comunitária da Vila Ilze foi fundado pela Prefeitura Municipal, através do Fundo de Assistência do Palácio do Governo (FAPG), em 1974, tendo elaborado um Projeto Piloto para a Vila Ilze, a partir do qual foi proposta a mudança do nome do bairro. Entre outras atividades, promove cursos de corte e costura e de artesanato, curso para gestantes, curso para qualificação de pedreiros, etc., além de ações de esclarecimento da população sobre questões de higiene e de saúde.
- (2) Este dono de bar era também presidente do time de futebol da Vila Ilze.
- (3) Comentários eram feitos sobre o número de carros estacionados na porta da casa e dizia-se que havia muita gente da Usina no casamento.
- (4) Cocheiros: referência a aqueles empregados da fazenda que ordenhavam as vacas.
- (5) "Ganhar profissão": guarda o sentido de especialização em atividades e funções. Encontra-se, em geral, associada à aprendizagem do trabalho em fábrica.
- (6) A Usina Esmeralda, ex-propriedade da Usina Nossa Senhora Aparecida, localizava-se nas proximidades da rodovia Campinas - Mogi-Mirim.
- (7) "Já cansou": expressão muito usada e que denota frequência; muitas vezes.
- (8) Em 1979, pagava-se de 500 a 800 cruzeiros/mês para uma

mulher cuidar de uma criança.

- (9) A creche da Vila Ilze era mantida pelo SEPIN (Serviço de Proteção a Infância) e possuía cerca de 90 vagas.

CAPÍTULO II

TRABALHO DE TURMA

Além de suas vastas propriedades, situadas no município de Itapira, a Usina Nossa Senhora Aparecida atualmente arrenda terras por todo o sul de Minas Gerais. Segundo um empregado da Usina, de Jacutinga a Ouro Fino (Minas Gerais), no ano de 1980, as turmas levadas de Itapira foram cortando cana.

Estabelecida nas proximidades da cidade pelo Comendador Virgolino de Oliveira em 1929, até o início da década de 60 a Usina tinha no colonato a sua forma de trabalho. Em 1970 não havia mais nenhuma família de colonos em terras da Usina. Todo trabalho agrícola havia passado a ser realizado por turmas de trabalhadores temporários, residentes na cidade.

Para um ex-administrador de uma das fazendas pertencentes à Usina, "o colono era um cativo". Saía cedo para trabalhar e qualquer serviço ele se via obrigado a fazer, se não era colocado para fora. Todo colono tinha de zelar pela fazenda. No caso de um incêndio ou outro problema qualquer, os homens tinham de ajudar. Da queima da cana, por exemplo, todos participavam e nada recebiam. Trabalhavam por empreita e tinham direito a uma casa, a um pedaço de terra onde plantavam arroz, milho, feijão, etc., podiam ter alguma cabeça de gado e criar porcos e galinhas.

No fim da década de 50 e início da de 60, influenciados pelo clima de atuação de sindicatos na região⁽¹⁾, os colonos da Usina, que já não estavam satisfeitos principalmente com a forma de pagamento, se mobilizaram e começaram a pressionar a Usina, havendo muito rebuliço. Os colonos se agrupavam e falavam com os administradores das fazen

das ou iam até a Usina. Já não queriam receber por empreita , queriam ganhar por dia.

Diante das tensões criadas pelas reivindicações dos colonos-favorecidos, no processo, pela promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e do Estatuto da Terra (1964) - a Usina Nossa Senhora Aparecida foi colocando as famílias para fora, outras decidiram sair, e, na medida em que havia disponibilidade de mão-de-obra, foi mudando o modo de trabalho para turmas.

Já na década de 50 muitos migrantes chegaram à cidade , provenientes não só da área rural de Itapira como de outros municípios próximos, do Estado de São Paulo e do Sul do Estado de Minas Gerais. A erradicação de cafezais, que vinha se processando nessas áreas desde os anos 50, prosseguiu pela década de 60, dispensando inúmeras famílias de trabalhadores que até então trabalhavam sob o regime de colonato.

Como se sabe, a criação de gado - que muito substituiu os cafezais - exige um número reduzido de trabalhadores, e os proprietários, quando não despediam sumariamente os colonos, forçavam a sua saída rompendo todas aquelas condições que faziam parte do trabalho como o colono: passavam a proibir a criação de animais domésticos, suspendiam a concessão de terras para plantio de roça.

Em 1970, segundo o Censo Demográfico (IBGE) - São Paulo-1970), de uma população total de 39.036 habitantes em Itapira, 28,14% não eram naturais do município. Destes, 50,40% eram provenientes de Minas Gerais e 44,90% de outros municípios do Estado de São Paulo. Apesar de uma queda relativa destes percentuais, os dados para 1980 reafirmam

esta tendência, ressaltando-se, no entanto, um aumento no percentual daqueles que vieram do Paraná (Quadro 1.0).

Quem chegava a Itapira sabia que ali ia encontrar muito trabalho, trabalho na roça, trabalho de turma. Sabia de "ouvir dizer", através de um conhecido, de um parente que tinha vindo antes. Em Minas, de onde muitos procediam, depois que acabaram com o café e puseram gado, havia pouco trabalho para muita gente. As famílias, na sua maioria, iam se alojando na Vila Ilze (anteriormente denominada Risca Faca), no Cubatão, na Vila Isaura ⁽²⁾. A Vila Ilze, onde até uns 20 anos atrás, além de umas poucas casas "só se via ca_upoeira", de repente começou a encher de casas. ⁽³⁾

Uma tabulação parcial ⁽⁴⁾ do Levantamento Familiar realizado pelo Posto de Saúde da Prefeitura em 1974, relativa a 60 famílias residentes na Vila Ilze, mostra que de um total de 282 pessoas, 61,34% eram naturais de Itapira, 27,66% de Minas Gerais, 8,16% de outros municípios do Estado de São Paulo e 2,82% do Paraná (Quadro 4.0).

Um sinal a mais da importância da migração de mineiros para Itapira é que daqueles 61,34% naturais do município, cerca de 40% ⁽⁵⁾ eram filhos ou netos de mineiros que para lá chegaram. Embora não exista para os moradores da Vila Ilze dados estatísticos relativos ao tempo de residência na cidade, sabe-se — através da idade de seus filhos naturais de Itapira, e de acordo com informações de moradores — que muitos chegaram no fim da década de 50, movimento intensificado na década de 60.

Na década de 70 começaram a chegar também muitos paranaenses, inclusive há uma faixa de casas entre a Vila Ilze e o Cubatão denominado Paranazinho. Isto ocorreu

principalmente em 1976, quando as geadas atingiram intensivamente as lavouras no Paraná.

Para o município como um todo, dados do Censo Demográfico de 1970 revelam que das 10.988 pessoas não naturais do município, 51,63% tinham 11 a mais anos de residência em Itapira e 18,04% de 6 a 10 anos (Quadro 1.1). Em 1980, dentre aqueles não naturais do município, 59,88% tinham 10 a mais anos de residência em Itapira e 9,79% de 6 a 9 anos, enquanto observou-se um aumento no percentual dos que tinham menos de 1 ano de residência (Quadro 1.2).

Se inicialmente para os que chegavam a Itapira era possível arranjar trabalho na agricultura como parceiros, trabalhadores assalariados residentes ou mesmo como colonos, à medida que as relações de trabalho eram redefinidas, diferenciando-se os trabalhadores de turma, isto tornou-se cada dia mais difícil. Ainda que muitos tenham chegado a Itapira em anos anteriores a 1960, somente a partir da segunda metade dessa década a Vila Ilze parece ter atingido um crescimento maior, decorrente não só do movimento migratório de outros municípios como da área rural de Itapira. Em 1970, Itapira apresentou uma taxa de urbanização de 68,16% e em 1980, 74,35% (IBGE, Censos Demográficos de 1970 e 1980 — Estado de São Paulo).

Esta migração para Itapira pode, em grande parte, ser justificada pela presença da Usina Nossa Senhora Aparecida. Responsável pelo avanço alcançado pelo cultivo da cana no município — a cana e o café representam os principais produtos (Quadro 2.0) —, tanto a Usina como seus fornecedores absorvem grande número de trabalhadores de turma.

Embora o trabalho temporário, quer seja individualmente quer através de turmas, já viesse sendo eventu-

almente usado, a partir da década de 60, ele se estendeu às mais diversas lavouras, tanto pelas grandes como pelas pequenas propriedades. Trabalha-se de turma nos cultivos da cana, do café, do algodão, do milho, da laranja, do arroz.

Em estabelecimentos, como a Usina Nossa Senhora Aparecida, que apresentam uma organização do trabalho mais complexa, as atividades na lavoura da cana são baseadas exclusivamente no trabalho de turma. Em outros estabelecimentos, que constituem a maioria, o trabalho de turma encontra-se associado aos dois trabalhadores residentes e/ou parceiros. Nas pequenas propriedades, ele passa a ter um caráter mais ocasional, sendo usado principalmente durante a safra, quando se necessita de um maior volume de mão-de-obra ou em tarefas eventuais.

Porém, os trabalhadores de turma não trabalham apenas nas lavouras do município. Diariamente partem caminhões que os levam para outros municípios: Amparo, Santo Antonio da Posse, Mogi Guaçu, Serra Negra, Jaguariúna. Em estudo sobre o fluxo de mão-de-obra volante realizado na região da Mogiana em 1974⁽⁶⁾, Itapira, entre os 13 municípios em que tal fluxo foi detectado, foi apontado como aquele que mais enviava trabalhadores para outros municípios. A Vila Ilze, o Cubatão, a Vila Isaura foram os bairros apresentados como fontes de mão-de-obra.

Dados sobre ocupação para os moradores de Vila Ilze, tendo em vista a tabulação parcial do Levantamento Familiar mencionado anteriormente, mostram que 50,36% do pessoal ocupado eram trabalhadores rurais — sendo que destes, 42,22% eram trabalhadores de turma —, 34,08% trabalhavam no setor de serviços e 15,56% na indústria (Quadro 5.0). Por outro lado, em relação ao total de pessoal ocupado, 25,18%

dos trabalhadores de turma eram do sexo masculino e 17,04% do sexo feminino (Quadro 5.1).

Tomando-se os trabalhadores de turma isoladamente, observa-se que o mais alto percentual estava entre aqueles de faixa etária entre 20 a 24 anos (22,81%). Embora isto seja válido para ambos os sexos, entre as mulheres nota-se a ocorrência de um percentual bastante significativo na faixa de 10 a 14 anos (Quadro 5.2).

Embora os dados sobre a participação do trabalho de turma no total de pessoal ocupado possam se encontrar subestimados devido a questões referentes à coleta de dados (7), sabe-se, no entanto, que apenas a Usina Nossa Senhora Aparecida, no período da safra de cana, ocupa cerca de 2.000 trabalhadores de turma por dia, fora os turmeiros, os fiscais de turma, os motoristas, os puxadores de cana.

Enquanto isto, o setor industrial em Itapira encontra-se constituído principalmente por pequenas empresas, sendo restrita a sua capacidade de absorção da mão-de-obra disponível. Segundo o cadastramento realizado pelo CIAE-UNICAMP em 1975, havia em Itapira 141 empresas, sendo que 133 (94,32%) era pequenas, 6 (4,26%) médias e 2 (1,42%) grandes (Quadro 3.0). Destas duas grandes empresas, uma é a Usina Nossa Senhora Aparecida, que produz açúcar e álcool (8).

A concentração espacial dos trabalhadores parece revelar um ajustamento entre a generalização do uso do trabalho de turma e a disponibilidade de mão-de-obra. Por um lado, facilita o acesso à mão-de-obra, por outro, a diversidade de cultivos na região — as fases agrícolas destes cultivos muitas vezes se complementam — somada às alternativas, ainda que restritas, de emprego nas indústrias e servi

ços urbanos permitem ao trabalhador permanecer uma maior parte do ano ocupado. Esta redução da importância da intermitência do trabalho, dada pela combinação das oportunidades ocupacionais principalmente na agricultura, parece implicar, por sua vez, na não ocorrência de uma alta incidência de mobilidade geográfica.

Embora os estudos sobre esta modalidade de trabalho, em geral, considerem que os trabalhadores têm ocupação garantida apenas durante o período da safra (eles trabalhariam seis meses e durante o resto do ano estariam ocupados em atividades urbanas ou migrariam para outras regiões em busca de trabalho), a maioria destes trabalhadores residentes em Itapira trabalham o ano todo como trabalhadores de turma em atividades agrícolas da região.

Por um lado, a disposição das fases agrícolas das culturas e o uso generalizado do trabalho de turma na região — e aqui nos referimos não só ao município de Itapira mas também aos municípios próximos que buscam a mão-de-obra local — reduzem a importância da sazonalidade do trabalho, permitindo que o trabalhador se mantenha ocupado, na maioria das vezes, durante o ano todo (Ver casos relatados no Capítulo I). Existem trabalhadores, por exemplo, que trabalham o ano todo na cultura da cana. Além das principais lavouras que ocupam maior número de trabalhadores como a cana, o algodão, o café, existem outras atividades que atualmente utilizam o trabalho de turma, embora em menor escala. São elas: a "quebra" do milho, o roçado de pasto, a limpa do arroz, a colheita da laranja, etc.

O Quadro a seguir mostra apenas aquelas fases agrícolas das principais culturas que absorvem maior número de trabalhadores de turma. Neste sentido, a cultura da cana é a mais re-

FASES AGRÍCOLAS DAS PRINCIPAIS CULTURAS E TRABALHO DE TURMA

CULTURAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Cana	Plantio Carpa	Plantio Carpa	Plantio Carpa	Plantio	Plantio	Corte	Corte	Corte	Corte Plantio	Corte Plantio	Corte Plantio Carpa	Corte Carpa
Algodão		Colhei- ta	Colhei- ta	Colhei- ta	Colhei- ta							
Café	Carpa	Carpa			Colhei- ta	Colhei- ta	Colhei- ta					Carpa

presentativa. No caso específico do algodão, apesar de ser uma cultura temporária, o seu cultivo encontra-se bastante mecanizado ou se baseia no trabalho de parceiros e pequenos proprietários, que se utilizam da mão-de-obra familiar, com os trabalhadores de turma sendo absorvidos principalmente durante a colheita.

O período mais crítico para o trabalhador de turma dá-se entre o fim do mês de dezembro até meados de fevereiro quando, tendo terminado o corte de cana, a "panha" do algodão ainda não teve início. Embora se possa observar, logo após o término do corte de cana, caminhões de turma para os na Vila (há turmeiros que trabalham apenas durante o corte) ou mesmo a permanência de trabalhadores em casa durante o dia, não se pode afirmar que isto ocorra de forma generalizada. O plantio e a carpa da cana, juntos, ocupam uma boa parcela de trabalhadores, além de atividades no cultivo do café e, em menor proporção e ocasionalmente, nos cultivos do milho, do arroz, etc.

Por outro lado, não somente são poucas as oportunidades de emprego na área urbana, como os trabalhadores preferem trabalhar de turma porque ganham mais, apesar do trabalho ser considerado pesado e de não serem fichados (9). Para as mulheres, em especial, o trabalho de turma permite uma maior compatibilização entre o trabalho fora de casa e as atividades domésticas. Em relação ao emprego doméstico - que absorve uma boa parte da mão-de-obra feminina, o trabalho de turma possibilita à mulher estar em casa nos fins de semana e mesmo faltar alguns dias quando se faz necessário. Durante a "panha" do algodão, algumas mulheres deixam o emprego doméstico para trabalhar de turma. Sendo o algodoeiro uma planta de pequeno porte, de uma maneira geral considera-se que as mulheres e as crianças têm mais agilidade na sua colheita.

UNICAMP

INSTITUTO DE ECONOMIA

Ao contrário de outras regiões em que o trabalhador sai todos os dias à procura de trabalho, ocorrendo algumas vezes o que se costuma denominar "leilões" de mão-de-obra (10), quando o trabalhador de turma sai de casa para o "ponto" ela já tem trabalho certo. Ele espera o caminhão da turma em que se encontra engajado. O fato do vínculo empregatício não se encontrar formalizado, através de um contrato de trabalho, não implica que as relações de trabalho sejam renovadas diariamente.

Do acerto com o turmeiro é que depende o trabalhador para trabalhar. Algumas vezes, pode acontecer que o trabalhador no dia inicial da safra de cana, por exemplo, não tenha acertado com nenhum turmeiro. Uma das alternativas é ir para o ponto, onde sabe que os caminhões passam, e conversar com o turmeiro (em geral, os turmeiros já são conhecidos por todos), passando a fazer parte de uma turma.

Somente em alguns casos são os próprios proprietários que se encarregam de recrutar e transportar os trabalhadores. Em geral, isto ocorre com pequenos proprietários e em relação a atividades que ocupam um número reduzido de trabalhadores. Com suas camionetas eles passam pelos bares ou abordam aqueles grupos que ficam sentados pelas calçadas, avisando que estão precisando de trabalhadores.

Trabalhando por empreita ou por dia, muitas vezes o trabalhador passa longos períodos com um mesmo turmeiro, em um ou diversos estabelecimentos agrícolas. Existia uma turma, por exemplo, em que havia trabalhadores que há anos trabalhavam para a HOLAMBRA na cultura da laranja com um mesmo turmeiro. Também na Usina Nossa Senhora Aparecida, uma turma pode trabalhar na safra e depois ser aproveitada no plantio e na carpa da cana. Porém, o mais comum é o trabalhador permanecer em uma turma, seguindo-a por várias propriedades,

seja no cultivo da cana, do algodão, do café, etc., até que surjam oportunidades mais vantajosas em outra turma.

Esta relação com o turmeiro e com a turma fica mais clara, se temos em vista que estes trabalhadores atendem não só ao município de Itapira como a diversos outros municípios da região e, para isto, eles contam com os turmeiros que se encarregam de arranjar serviços para suas turmas. Assim, ao contrário de outras áreas em que com o término das atividades que absorvem maior número de trabalhadores, estes migram para outras regiões à procura de emprego, os trabalhadores de turma tendem a permanecer residindo no mesmo local.

A maioria dos turmeiros reside na Vila Ilze e nos bairros vizinhos — no Cubatão, na Vila Isaura (inclusive, os limites entre estes bairros são pouco precisos) — podendo ser encontrados em casa, nos bares, nas ruas. Quer no âmbito do grupo doméstico, quer através das relações de vizinhança ou das relações mantidas na rua e nos bares, no caminho de turma ou no local de trabalho, o trabalhador toma conhecimento das oportunidades de trabalho e, se lhe interessa, ele combina o trabalho com o turmeiro, o que muitas vezes ocorre no local de moradia. Desta forma, além de sua experiência pessoal de trabalho, a rede de relações sociais que permeia as práticas cotidianas proporciona ao trabalhador uma série de informações sobre o trabalho de turma, ao mesmo tempo em que explica a maneira como se arranja trabalho.

Mesmo quando em um grupo doméstico existem vários trabalhadores de turma, cada qual toma a iniciativa de procurar e acertar o trabalho com os turmeiros. Não é um procedimento comum os filhos trabalharem juntos com o pai com um mesmo turmeiro. O mais importante é que trabalhem e "pa

quem pensão", isto é, contribuam para o orçamento doméstico. Somente com relação ao trabalho de crianças é que pode ocorrer do acerto ser realizado pelo pai ou pela mãe, que geralmente as acompanham. Por outro lado, embora o trabalho da mulher seja considerado complementar ao do homem e exista certa restrição, por parte dos maridos e pais, a que ela trabalhe de turma, tendo em vista que o ambiente de trabalho é visto como promíscuo e não conveniente à presença feminina, o alto custo de vida tem levado a uma maior participação da mulher no mercado de trabalho, particularmente verificada no trabalho de turma e no setor de serviços, sendo que, na maioria das vezes, é ela quem procura e acerta o trabalho com o turmeiro. Isto ocorre não somente com relação a mulheres solteiras, viúvas ou separadas de seus maridos. Existem casos, por exemplo, de mulheres casadas que trabalham de turma e cujos maridos têm outras ocupações.

Para o trabalhador, o trabalho de turma " não têm ciência". Diluídas no seu cotidiano, encontram-se as informações sobre as fases agrícolas e processo de trabalho nas diversas culturas, assim como quais as pessoas que trabalham como turmeiros e fiscais de turma e quais aqueles considerados bons.

A avaliação feita dos turmeiros pelos trabalhadores e vice-versa, ou dos trabalhadores entre si, no entanto, não diz respeito apenas ao comportamento durante o trabalho. O comportamento dos turmeiros e dos trabalhadores no cotidiano na Vila Ilze é levado em conta quando se faz esta avaliação. Como outros aspectos anteriormente colocados (o acerto do trabalho e os canais de informação sobre trabalho no local de moradia), isto demonstra que a vida e o trabalho dos trabalhadores de turma não podem ser percebidos como instâncias dissociadas.

Ao se definir como trabalhador de turma, o trabalhador procura mostrar que, diferentemente do que sugere o estereótipo "bóia-fria", existe regularidade no seu trabalho e que ele tem uma ocupação definida, apesar de, em geral, não desfrutar dos direitos previstos pela legislação trabalhista. Para o trabalhador de turma, o "bóia-fria" é aquele que trabalha por aí, à toa, não tendo trabalho certo. Em Itapira, quem trabalha na lavoura "não é bóia-fria como no Paraná. Aqui todo mundo trabalha de turma", explicou certa vez um trabalhador.

Esta diferenciação feita pelo trabalhador de turma, de modo semelhante, já havia sido observada por Martinez-Alier em estudo sobre as mulheres do caminhão de turma em Jaguariúna ⁽¹¹⁾, tendo como termo de comparação o "volante".

Pertencer a uma turma (e isto significa que ele tem acerto de trabalho com um turmeiro) é, desta forma, o que identifica o trabalhador de turma. Frequentemente se pode ouvir afirmações como: "Eu trabalho na turma de Sr. Fulano" ou "minha turma não vai trabalhar hoje". A turma, dadas as características do trabalho em Itapira, constitui o universo de referência do trabalhador que a ela recorre para mostrar, diante da ausência de vínculo empregatício e da instabilidade no emprego, a regularidade do seu trabalho e que não é vagabundo, que é trabalhador.

Na Vila Ilze havia um grupo de trabalhadores que diariamente se deslocava de caminhão para trabalhar na cultura do eucalipto na Champion (fábrica de celulose), em Mogi Guaçu. Não havia turmeiro. Um empregado da fábrica orientava as suas atividades e eles não eram identificados como trabalhadores de turma. De modo semelhante, outros grupos seguiam para trabalhar em fábricas em Amparo ou na Prefeitura de Serra Negra.

Desta forma, o que distingue o trabalho de turma é a intermediação do turmeiro. É justamente a instabilidade de no emprego — os trabalhadores de turma trabalham, em sua maioria, em vários estabelecimentos agrícolas durante o ano — que justifica a presença do turmeiro. Somente na Usina Nossa Senhora Aparecida tem-se referência da assinatura de carteiras de trabalho. No entanto, este não constituía um critério muito rígido. Segundo um fiscal de turma, muitos não apresentavam documentos, o que não os impedia de trabalhar. Por outro lado, mesmo tendo sua carteira de trabalho assinada e/ou passando um período mais longo no desempenho de atividades em um único estabelecimento, ele não deixa de ser considerado um trabalhador de turma. Para trabalhar, ele deve estar engajado em uma turma. Isto demonstra que a ausência da legalização do vínculo empregatício, por si só, não define o trabalho de turma em Itapira.

O PLANTIO E A CARPA DA CANA

O plantio da cana na Usina Nossa Senhora Aparecida é realizado no período de setembro a novembro e de janeiro a maio. A carpa, por sua vez, no período de novembro a março. Tanto no plantio, como na carpa, os trabalhadores são pagos por dia.

O plantio, da mesma forma que a carpa, absorve em média 1.000 a 1.200 trabalhadores por dia.

O pagamento difere entre homens, mulheres e menores de 14 anos. Em geral, a diferença é de dez cruzeiros. No início do ano de 1980, por exemplo, durante a carpa pagava-se cento e quarenta cruzeiros/dia para os homens, cento e trinta para as mulheres e cento e vinte para os menores. No plantio, em 1980, pagava-se cento e oitenta cruzeiros, cento e setenta cruzeiros e cento e sessenta cruzeiros para os ho

mens, as mulheres e os menores, respectivamente. A justificativa para esta discriminação, especialmente com relação à mulher, é que existem serviços que não se manda a mulher fazer. Por exemplo, trabalho com enxadão, serviço de destocamento ou de abertura de valas, são considerados como serviços de homem.

No entanto, na opinião de algumas trabalhadoras de turma, "os homens não gostam de trabalhar junto com as mulheres porque sabem que a gente não trabalha menos que eles e eles têm que se esforçar para igualar à gente. Quando as mulheres pegam uma rua de cana vão embora e se encontram no fim". Mesmo alguns homens chegam a afirmar que "tem muita mulher que faz muito homem passar vergonha".

Em outros estabelecimentos, o pagamento difere não só segundo o sexo, como entre trabalhadores de turma e trabalhadores residentes. Em uma fazenda em Eleutério (distrito de Itapira), em 1980, pagava-se na carpa de cana cento e vinte cruzeiros/dia para os homens e cento e dez para as mulheres que eram trabalhadoras de turma. Para aqueles que eram residentes, pagava-se menos: cento e dez cruzeiros/dia para os homens e cem cruzeiros/dia para as mulheres. Já em outras propriedades, as diárias pagas aos trabalhadores de turma eram de cento e dez cruzeiros para os homens e 100 cruzeiros para as mulheres, enquanto para os residentes eram de oitenta e cinco cruzeiros e setenta cruzeiros.

A justificativa para a remuneração mais baixa dos trabalhadores residentes é que estes não pagam aluguel, água e luz. Quanto aos trabalhadores de turma, os dados acima mostram que as suas diárias variam de um estabelecimento agrícola a outro, sendo que a Usina é quem melhor os remunera.

Na Usina-e este é, em geral, o procedimento nas demais pro

priedades — se o trabalhador não falta nenhum dia durante a semana, ele ganha o domingo e o feriado. Quando se faz necessário trabalhar no feriado, ele ganha o dia mais o dobro.

Sendo o trabalho pago por dia, tanto durante a carpa como no plantio, as turmas seguem horários pré-estabelecidos: às 7 horas devem estar presentes no local de trabalho; das 10 às 11 horas, intervalo para almoço; das 14 às 15 horas, intervalo para o café, às 17:00 horas, término das atividades, e os caminhões os trazem de volta à cidade.

Nos horários do almoço e do café, os trabalhadores costumam descansar um pouco debaixo dos pés de cana. Alguns jogam cartas ou dominó, o que não é bem visto pelos turmeiros e fiscais de turma. Embora estejam nos intervalos de trabalho, recomenda-se que não joguem, nem bebam.

A SAFRA DE CANA

Quando a safra de cana vai ter início, a Usina marca uma reunião com os turmeiros. Nessa ocasião, estabelece o preço a ser pago aos trabalhadores, assim como aos turmeiros, comunica a data prevista para seu início e diz: — "Quero tantos facões nesta safra". Existe por parte da Usina uma pessoa encarregada tanto de convocar os turmeiros como de participar da reunião, a qual costuma ser realizada na Vila Isaura (bairro vizinho à Vila Ilze).

Os turmeiros, na sua maioria, são proprietários de seus caminhões. A Usina lhes paga o frete e o trabalho

de agenciar e fiscalizar os trabalhadores e assume o pagamento do seguro.

Tendo início a safra, os trabalhadores são fichados, devendo apresentar suas carteiras de trabalho no escritório da Usina. Como foi colocado anteriormente, muitos trabalhadores não procedem assim, mesmo porque não há por parte da Usina uma exigência, de fato, neste sentido. O que a Usina certamente dispõe é de uma relação dos nomes daqueles que são seus trabalhadores.

Constituída da queima e do corte de cana, a safra ocupa uma média de 2.000 trabalhadores de turma por dia e se estende de julho a dezembro, podendo chegar até janeiro.

Trabalha-se por empreita e o pagamento tem por base o metro quadrado de cana cortada. No entanto, o preço do metro não é único, variando de acordo com o tipo da cana. Se é cana de 1ª ou 2ª corte, ou segundo a valiação de seu peso. Às vezes, a cana se encontra plantada em um terreno acidentado, apresentando maior dificuldade para o corte, o que influencia no estabelecimento do seu preço. Em 1980, havia turmas ganhando cinco cruzeiros, outras quatro cruzeiros e ainda outras três cruzeiros por metro quadrado. Embora este seja o procedimento utilizado pela Usina, sabe-se que existem outros estabelecimentos que combinam o trabalho por empreita e o trabalho por dia durante o corte de cana.

O trabalho de corte encontra-se dividido em setores e cada setor tem um número determinado de turmas sob a responsabilidade de um encarregado ou fiscal de turma. O preço do metro quadrado estabelecido para cada setor está a depender das características da cana que ele abrange.

Um setor tem em média 10 turmas e uma turma de 25 a 30 trabalhadores. Somente no corte de cana realizado em uma área de propriedade da Usina foram observados cerca de 30 camihões de turma em um dia.

Nem sempre o trabalhador está de acordo com o preço estabelecido para o metro quadrado de cana cortada e não raras vezes ocorrem protestos que podem chegar a paralisações. É que o trabalhador está sempre à mercê da sorte para trabalhar em um setor no qual o preço por metro quadrado seja mais alto. Isto é, depende de qual setor sua turma tenha sido designada para trabalhar. Em um momento do corte de cana, ele pode estar em um setor onde o preço é mais alto e em outro, em um setor cujo preço do metro quadrado é mais baixo.

Em outros estabelecimentos em que se trabalha por empreita pode acontecer que, havendo pouca cana queimada, os trabalhadores não consigam produzir muito. Então, às vezes, ocorrem movimentos dos trabalhadores que pressionam os proprietários para que sejam remunerados em diárias, caso não providenciem a queima de uma área maior de cana.

Sendo o trabalho na Usina por empreita, as turmas não têm horário fixo de trabalho. Em geral, chegam por volta das 7 horas e saem às 16 horas. Quando chegam no local de trabalho, o fiscal de turma — que é um empregado fixo — indica aos turmeiros o serviço a ser realizado. Embra caiba a cada turmeiro fiscalizar a sua turma, o fiscal, além de coordenar as atividades, também desempenha esta função. Alguns dos que atualmente são fiscais de turma, foram administradores de fazendas da Usina, ainda na época em que o sistema de trabalho era o colonato.

No ponto inicial em que começou a cortar, o trabalhador deixa como marco uma cana em pé e uma outra onde e le terminou o trabalho. As ferramentas pertencem aos trabalhadores. Tem trabalhador que chega a cortar até 100 metros quadrados por dia, o que depende muito da sua prática e agilidade.

Não existe um horário estipulado para o almoço, o que fica a critério de cada trabalhador. Como o seu ganho depende do seu desempenho, tem trabalhador que para ganhar mais, mal pára para comer. Trabalhando sob o sol quente, às vezes, o próprio turmeiro recomenda para irem comendo aos poucos que é para não se sentirem mal ou até mesmo não desmaiarem.

Tanto o fiscal como os turmeiros têm de estar sempre atentos, não só para que o serviço seja bem feito e o trabalhador não deixe restos de cana sem cortar, como para a possibilidade de surgir desentendimentos. Há trabalhador muito astuto que corta a cana deixada c o m o marco por outro, de maneira que aumente o número de metros corta dos por ele. O mesmo pode acontecer com o marco colocado pelo fiscal ou pelo turmeiro que, à medida que o corte se processa, vão realizando a medição da área de cana cortada.

Por outro lado, os fiscais e turmeiros procu ram verificar a ocorrência de indícios de mobilização dos trabalhadores no sentido de reivindicar preços mais altos para o metro quadrado de cana cortada.

No fim do dia, cada turmeiro deve apresentar ao fiscal do seu setor uma ficha já padronizada pela Usina, con tendo os nomes de todos os trabalhadores que estavam, presen tes naquele dia e o número de metros cortados por cada um, assim como observações sobre o comportamento dos trabalhado res, sendo por ele assinada. Por sua vez, o fiscal de turma,

além das fichas recebidas dos turmeiros, apresenta diariamente ao escritório da Usina uma ficha, contendo dados como número do setor, tipo de cana cortada, total de metros cortados e número total de trabalhadores.

É comum haver durante a safra períodos em que há acúmulo de cana cortada na Usina e as turmas vêm-se o brigadas a não trabalhar durante um ou mais dias. O mesmo o corre durante os dias de intensa chuva. Ao contrário dos trabalhadores de turma, tanto os fiscais como os turmeiros recebem pagamento por estes dias.

A Usina vem experimentando, há alguns anos, a introdução de cortadeiras mecânicas. Apesar de não terem a apresentado um bom rendimento, segundo um empregado da Usina, pois mistura a cana com a palha, continuam em funcionamento duas a três cortadeiras.

O carregamento dos caminhões que levam a cana cortada para a Usina é realizado por empilhadeiras. Os caminhões, na maioria das vezes, não são de propriedade da Usina e é pago o frete e uma percentagem por tonelada de cana cortada aos puxadores. A Usina costuma, durante o período da safra, facilitar a compra de seus caminhões aos meses, que vão efetuando o pagamento com o seu trabalho.

Por outro lado, a Usina reserva uma área de sua propriedade para a plantação de eucalipto, que fornece lenha para a sua produção industrial. Para isto, existe uma turma de cerca de dez trabalhadores, que durante o ano planta e corta eucalipto. O corte é realizado através de serras elétricas pertencentes à Usina.

À medida que a safra vai chegando ao fim, as turmas vão sendo dispensadas, podendo algumas serem aproveitadas

tadas no plantio ou na carpa da cana. Evidentemente que alguns turmeiros são reconhecidos pelo seu bom desempenho, especialmente se conseguem manter a disciplina na sua turma e de modo que não ocorra uma rotatividade de trabalhadores ou uma queda do número de trabalhadores que possam vir a prejudicar o andamento do trabalho, tendo assim maior facilidade de arranjar serviços para sua turma.

NOTAS

- (1) Ex-trabalhadores da Usina Nossa Senhora Aparecida fazem referência a um Sindicato de Metalúrgicos e a um outro ligado às Indústrias Alimentícias que tiveram grande atuação entre 1958 e os primeiros anos da década de 60.
- (2) A Vila Ilze fica situada entre a Vila Isaura e o Cubatão. São os bairros da população de mais baixa renda.
- (3) Odette Coppos em Congadas, Rio de Janeiro, Ed. Pongetti, 1971, se refere ao Risca Faca e aos trabalhadores dos caminhões turmeiros, lembrando as suas péssimas condições de vida, nos últimos anos da década de 60.
- (4) Dentre aquelas famílias cadastradas, foram escolhidas aleatoriamente 60. Inicialmente foram selecionadas 100 fichas, sendo, no entanto, eliminadas as que se encontram incompletas.
- (5) Este dado foi obtido através da análise de cada ficha, observando-se as informações sobre a naturalidade e o grau de parentesco entre os membros da família.
- (6) Marques, Norberto F. (coord.), "Fluxo de Mão-de-Obra Volante". I Reunião Nacional sobre Mão-de-Obra Volante na Agricultura, Botucatu, UNESP, 23-24 set., 1975.
- (7) Os trabalhadores costumam afirmar que trabalham de turno ou que trabalham na lavoura e uma não atenção a esta questão durante a coleta de dados justifica a posição

sibilidade destes se encontrarem subestimados.

- (8) Ver Cadastro Industrial da Sub-Região de Campinas, CTAE/ UNICAMP, 1975-1976.
- (9) Somente na Usina Nossa Senhora Aparecida foram registrados casos de trabalhadores com carteiras de trabalho assinadas.
- (10) Ver Sabóia, Lúcia Helena F. de, "O Mundo do Volante - Trabalhadores Rurais de Cravinhos, SP, 1974". Tese de Mestrado em Antropologia Social, IFCH, UNICAMP, 1978, p. 35.
- (11) Martinez-Alier, Verena, "As Mulheres do Caminhão de Turma" in Pinsky, J. (org.), Capital e Trabalho no Campo. São Paulo, Hucitec, 1977.

CAPÍTULO III

TRABALHO E VIDA

O Sindicato do Trabalhador Rural de Itapira , criado em maio de 1979, não conta com a participação dos trabalhadores de turma. De acordo com algumas informações, a proposta de criação do Sindicato nasceu a partir de um Encontro de Líderes Rurais ⁽¹⁾ realizado em Itapira neste mesmo ano. Na reunião para aprovação dos estatutos e eleição da diretoria provisória, teve o apoio da CONTAG e do Sindicato do Trabalhador Rural de Araras, sendo que a maior parte dos participantes eram pequenos proprietários.

Em vias de organização, não se pode observar por parte do Sindicato qualquer esforço de atuação junto aos trabalhadores de turma. Segundo uma pessoa ligada ao Sindicato, referindo-se aos trabalhadores de turma da Vila Ilze:— "Estes bôias-frias são uns pobres coitados. É uma gente que trabalha para comer e vive para trabalhar, e só. Não têm outras preocupações" ⁽²⁾. Por outro lado, por parte dos trabalhadores de turma não se observou qualquer referência ao Sindicato.

No entanto, a ocorrência de manifestação coletiva — como as paralisações registradas durante o corte de cana — revela a existência de formas de organização paralelas àquelas institucionalizadas, o que demonstra que o comportamento político desses trabalhadores não pode ser analisado unicamente ao nível da sua participação em instituições como sindicatos e organizações partidárias.

Estas formas próprias de organização política, voltadas principalmente para reivindicações salariais, apontam para a grande importância desempenhada pelo local de mo

radia na configuração das mesmas. Certamente, as manifestações coletivas desses trabalhadores seriam dificultadas caso ocorresse uma alta incidência de mobilidade geográfica entre os mesmos.

Ao contrário de outras regiões onde manifestações de trabalhadores temporários são apoiadas ou orientadas por Sindicatos, como a greve dos cortadores de cana em Pernambuco ⁽³⁾ ou no Rio Grande do Norte ⁽⁴⁾, em Itapira as manifestações coletivas ocorrem sem que se verifique uma atuação dos Sindicatos junto aos trabalhadores.

A dinâmica destas manifestações demonstra que elas não podem ser consideradas como restritas ao âmbito do trabalho. As situações ilustradas anteriormente revelam que as paralisações não são circunstanciais ou espontâneas e que a sua lógica deve ser buscada em um referencial mais amplo que envolve a articulação entre trabalho e modo de vida dos trabalhadores de turma.

Embora estas manifestações constituam reações dos trabalhadores diante de situações de exploração a que se encontram submetidos, evidentemente que não existe uma relação causal direta. Ao mesmo tempo, elas não aparecem como algo definido previamente por determinada linha política — isto é, não existe um corpo estruturado de idéias que as oriente. O reconhecimento coletivo destas situações de exploração, a identidade de interesses entre trabalhadores e, conseqüentemente, a viabilidade do movimento se processam a partir de experiências comuns compartilhadas tanto no local de trabalho como no local de moradia.

No caso da Usina Nossa Senhora Aparecida, com a variação dos preços pagos pelo metro quadrado de cana cor

tada, estes movimentos tendem a reunir trabalhadores que se encontram na mesma situação quanto à remuneração. Isto é, trabalhadores que se encontram engançados em turmas que, situadas em determinado setor, percebem idêntica remuneração pelo metro quadrado de cana cortada. No entanto, a identidade de interesse entre trabalhadores não é algo que ocorre de forma mecânica, mas articulada a partir do modo como os trabalhadores vivem e sentem suas experiências.

Num contexto em que a trama complexa das relações sociais, especialmente no local de moradia, permite o conhecimento mútuo entre trabalhadores, a união se configura envolvendo valores tais como ser honesto, ser "homem de palavra", ser trabalhador, não ser encrenqueiro, valores esses que se encontram presentes nas diversas instâncias da vida social do trabalhador.

Assim, conhecer os companheiros de turma, saber em quem pode confiar ou com quem contar são fatores que contribuem para a emergência das manifestações coletivas sem que, no entanto, sejam a elas peculiares. Como se pode perceber no relato apresentado sobre o cotidiano, as práticas sociais dos trabalhadores, ou dos grupos domésticos aos quais pertencem, exprimem estratégias semelhantes. É o caso, por exemplo, da compra a crédito no bar. O trabalhador deve ser merecedor da confiança do seu proprietário para que ela se efetue.

Por outro lado, estes movimentos dos trabalhadores possuem objetivos precisos, são premeditados, havendo todo um processo de mobilização, o que mostra que não são desordenados ou desorganizados ⁽⁵⁾. Por sua vez, o fato de as paralisações serem mais freqüentes durante o corte de

cana revela que neste período os trabalhadores, devido a necessidade de absorção de um maior contingente de mão-de-obra pelos estabelecimentos agrícolas, conseguem exercer uma pressão mais forte sobre os proprietários no sentido de aumentar seus salários.

A freqüência com que ocorrem (toda safra costuma ocorrer) reforça que não são espontâneas e que se consolidam como prática política a partir da incorporação de experiências passadas. O reconhecimento da sua força em situações vividas anteriormente serve de base e de estímulo aos trabalhadores, configurando-se as suas formas de organização como resultado de experiências anteriores e presentes. Como se pode perceber, estas manifestações são, inclusive, reconhecidas pela Usina que negocia e faz acordos com os trabalhadores.

As informações sobre estas experiências se difundem através dos pormenores das suas práticas cotidianas na rua, nos bares, na vizinhança, no interior do grupo do méstico e, mesmo em situações imprevistas como, por exemplo, o não pagamento integral do dia de trabalho, devido à interrupção das atividades pela chuva (Ver Capítulo I), a reação dos trabalhadores não pode ser definida como desarticulada. Desta forma, a presença do turmeiro como intermediário nas relações de trabalho não impede que os trabalhadores se articulem em função de determinado objetivo. É verdade que, às vezes, o turmeiro é reconhecido como, em boa parte, responsável pelo sucesso alcançado por determinada manifestação dos trabalhadores ao servir de mediador entre eles e o proprietário. Isto não significa, entretanto, que os trabalhadores não sejam capazes de reconhecer os seus interesses e a sua força diante dos proprietários.

Este entrelaçamento entre trabalho e vida— que traz implicações políticas ⁽⁶⁾ — é significativo entre os trabalhadores de turma justamente pelas características próprias do trabalho em Itapira. Se em outras regiões o trabalho temporário se encontra baseado, em grande parte, na mão-de-obra migrante, que após o término das safras se desloca para outras áreas à procura de serviços ou volta ao local de origem, em Itapira o trabalho de turma se fundamenta em trabalhadores que, em sua maioria, fixaram residência na cidade. Isto permite aos trabalhadores ter um conhecimento mais profundo sobre seus companheiros e facilita a configuração de formas de sociabilidade e de organização a partir de experiências comuns vividas no cotidiano, que não seriam possíveis no decorrer de um tempo muito curto de convivência.

O fato de os canais de informações sobre oportunidades ocupacionais, o acerto do trabalho, o processo de mobilização constante das manifestações coletivas envolvem relações sociais mantidas no bairro demonstra que existe uma certa continuidade entre trabalho e local de moradia. Ressalta-se ainda mais a importância do local de moradia tendo em vista que os trabalhadores de turma trabalham em diversos estabelecimentos agrícolas da região, enquanto o seu local de moradia permanece o mesmo.

Os pormenores da vida cotidiana dos trabalhadores (ou dos grupos domésticos aos quais pertencem) revelam a existência de formas de ajuda mútua em casos de doenças, no cuidado dos filhos, na troca de favores e em empréstimos de dinheiro, alimentos, ferramentas, ao arranjar emprego. No entanto, estas formas aparecem como que permeando as relações sociais, sem que delas decorra a criação de organizações que objetivem melhorias nas suas condições urbanas de vida, tais

como aquelas registradas entre favelados das grandes cida
des: associações de bairro, clubes de mães, etc. (7)

Além de ter existido por parte da Prefeitura Municipal, nos últimos anos, uma preocupação em atuar nos bairros de baixa renda de Itapira no sentido de provê-los de serviços de água e de esgotos, energia elétrica, ruas pavimentadas e serviços de saúde, o fato é que as instituições dominantes na vida dos trabalhadores de turma não são o sindicato, as associações comunitárias, os clubes, os partidos políticos. Mas o bar, a vizinhança, a turma, as formas de organização "informal", o jogo, a bebida, todas elas baseadas nas relações pessoais.

Como se pode perceber, através do relato apre-
setado sobre seu cotidiano, para arranjar trabalho, o traba-
lhador não necessita de documentos e os canais de informa
ções sobre oportunidades de serviços são as relações manti-
das no local de moradia ou no ambiente de trabalho, sendo
o acerto feito diretamente com o turmeiro.

No bar, ele consegue crédito a depender do re
lacionamento que mantém com o dono que, evidentemente, ava
lia se o trabalhador é merecedor de sua confiança.

Para conseguir casa para alugar, ele lança mão
das relações que mantém na Vila e na turma para saber on
de há casas disponíveis e o acerto do aluguel tem por base
o conhecimento pessoal e as informações sobre o seu compor
tamento e dos demais membros do grupo doméstico. Da mesma
forma, também são pessoais as relações de vizinhança, nas
festas, nos jogos, nas rodas que se reúnem nas calçadas.

É que, de acordo com as características pró

prias do seu modo de vida, os documentos não tem tanta importância quanto a idoneidade atestada pelo seu comportamento efetivo. E justamente pelo caráter pessoal das relações sociais, na vida cotidiana dos trabalhadores de turma estão também presentes as tensões, as desavenças, a violência.

Se por um lado, as pressões econômicas, principalmente expressas no alto custo de vida, justificam a incidência de roubos, brigas, desentendimentos, por outro, as tensões, as desavenças, a violência aparecem também como forma de ajustamento das relações sociais que, por sua vez, revela uma orientação de comportamento.

Além do controle formal, ao qual o trabalhador encontra-se submetido no ambiente de trabalho e, ao lado da quele certamente emanado de instituições tais como a polícia, a creche, o Centro de Ação Comunitária, que buscam de desenvolver a disciplina, a sobriedade e a incorporação de de terminados hábitos, a dinâmica das relações sociais mostra que, ao mesmo tempo que estas relações promovem formas de ajuda mútua e formas de organização, também apresentam um caráter de controle.

Estas formas de controle, que se expressam em pressões que procuram definir padrões de comportamento baseados na regularidade do trabalho, na disciplina e na honestidade e que permeiam os pormenores da vida cotidiana, não devem ser percebidas como referindo-se apenas àquelas relações em que os trabalhadores se encontram com os turmeiros, os donos de bar, os proprietários de casas — que poderiam ser aqui apresentados como emissários, no interior do bairro, de valores da classe dominante —, embora em grande parte o sejam ⁽⁸⁾.

Tais procedimentos, em algumas situações, revelam um descrédito com relação aos meios legais e institucionais. É o caso, por exemplo do aluguel de casas. O proprietário (e existem, inclusive, trabalhadores de turma que são proprietários) sabe que não adianta ter contrato de aluguel, pois se o inquilino não quiser pagar, não paga. Quando isto acontece, surgem as tensões e o "acerto de contas" é pessoal, podendo chegar à violência.

Na vizinhança, na turma, nos bares, as relações tendem a se desenvolver entre trabalhadores (ou entre grupos domésticos) que compartilham dos mesmos valores, evitando-se uma maior aproximação com aqueles considerados vagabundos, encrênqueiros. Embora, de uma maneira geral, possa ser observada uma certa identidade entre os moradores da Vila, criada a partir do reconhecimento de que compartilham de condições de existência semelhantes — o que os fazem a ela se referir como a "Vila dos Pobres" —, isto não impede que as tensões, a desconfiança, as desavenças e as cisões sejam reveladas lado a lado com as formas de ajuda mútua, como mostram as suas práticas cotidianas.

Nas diversas instâncias da vida social, reprovava-se o vagabundo, o desonesto, o encrênqueiro. Reprova-se o Risca Faca.

Estudos sobre populações de baixa renda têm destacado o uso das relações pessoais como estratégias na busca de soluções

para seus problemas cotidianos e na integração do migrante no ambiente urbano, particularmente significativo em tais setores devido à escassez de recursos que sofrem na luta pela sua sobrevivência e ao difícil acesso aos canais institucionais, observando-se, no entanto, os limites do seu alcance, desde que voltado para a solução de problemas individuais⁽⁹⁾.

Indo mais além, outros estudos ressaltam a importância das relações mantidas no local de moradia na criação de uma identidade de interesses e, conseqüentemente, na emergência de movimentos sociais urbanos em torno de questões de moradia, de transporte, etc.⁽¹⁰⁾

O estudo dos trabalhadores de turma aqui apresentado se aproxima desta linha de interpretação. O entrelaçamento entre trabalho e vida e suas implicações políticas evidenciados no cotidiano mostram não só que os componentes culturais não se diferenciam como variáveis dependentes, assim como o seu comportamento político não equivale a uma participação em instituições como partidos políticos, sindicatos e associações comunitárias. Isto é, não constitui simplesmente o caso da ausência de canais institucionais através dos quais pudessem se expressar e encaminhar suas reivindicações. A articulação entre os diversos aspectos constitutivos do processo social vivido pelo trabalhador denota a complexidade da realidade social e mostra que o político não deve ser relegado ao nível institucional.

Por outro lado, a importância das manifestações coletivas registradas entre os trabalhadores de turma não deve ser analisada apenas em termos dos resultados imediatos obtidos. O reconhecimento da sua força e a difusão das suas experiências através do seu cotidiano são elementos que se incorporam ao seu equipamento cultural, podendo ter um caráter

ter positivo no processo de criação de uma identidade de
interesses mais ampla .

NOTAS

- (1) Promovido pela Igreja que havia definido aquele ano como: o Ano do Trabalhador da Lavoura.
- (2) Os diversos setores da população, com exceção dos moradores dos bairros pobres, costumavam se referir aos trabalhadores de turma como "bóias-frias".
- (3) Ver Sigaud, Lígia, Greve nos Engenhos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- (4) Ver reportagem "Greve no Rio Grande do Norte", em ESTADO DE SÃO PAULO, 18 de maio de 1979.
- (5) Ver estudos que se referem a formas de organização paralelas àquelas institucionalizadas entre outros segmentos da classe trabalhadora:
 - Moisés, J.Álvaro e Martinez - Alier, Verena. "A Revolta dos Suburbanos", comunicação apresentada na 28ª. Reunião da SBPC, Brasília, 1976, mimeo.
 - Ivo, Ana Sofia Leal. "Invasões Urbanas em Salvador", trabalho apresentado ao concurso de seleção para o Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Conjunto de Antropologia, DCS, IFCH, UNICAMP, 1977.
 - Boschi, Renato Raul (org.). Movimentos Coletivos no Brasil Urbano, Rio de Janeiro: Zahar, 1983, (Debates Urbanos 5).

- (6) Ver caso paralelo no trabalho industrial em Linhart, Robert. Greve na Fábrica, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- (7) Ver Boschi, Renato Raul (org.), op. cit.
- (8) Ver Foster, John. Class Struggle and the Industrial Revolution, New York, St. Martin's Press, 1974.
- (9) Ver, por exemplo, Kowarick, Lúcio e Brant, Vinícios Caldeira (coord.). São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza, São Paulo, Ed. Loyola, 1976.
- (10) Ver Boschi, Renato Raul (org.), op. cit.

A N E X O S

QUADRO 1.0
PESSOAS NÃO NATURAIS DO MUNICÍPIO ONDE RESIDEM
ITAPIRA 1970 - 1980

L O C A L	1 9 7 0		1 9 8 0	
	NA	%	NA	%
Acre	-	-	4	0,02
Amazonas	-	-	4	0,02
Pará	-	-	4	0,02
Maranhão	-	-	5	0,03
Piauí	3	0,02	-	-
Ceará	12	0,11	67	0,45
Rio Grande do Norte	3	0,02	4	0,02
Paraíba	7	0,06	58	0,39
Pernambuco	20	0,19	60	0,40
Alagoas	20	0,19	38	0,25
Sergipe	11	0,10	9	0,06
Bávia	45	0,41	210	1,42
Minas Gerais	5537	50,40	6864	46,60
Espírito Santo	6	0,05	13	0,10
Rio de Janeiro	24	0,22	72	0,50
São Paulo	4934	44,90	6168	41,90
Paraná	153	1,40	840	5,70
Santa Catarina	9	0,08	27	0,18
Rio Grande do Sul	4	0,04	32	0,22
Mato Grosso	6	0,05	17	0,11
Goiás	20	0,19	22	0,15
Exterior	172	1,56	147	1,00
Sem especificação	2	0,01	69	0,46
T O T A L	10988	100,00	14734	100,00

FONTE: IBGE, CENSOS DEMOGRÁFICOS - SÃO PAULO - 1970 e 1980

QUADRO 1.1
PESSOAS NÃO NATURAIS DO MUNICÍPIO ONDE RESIDEM
POR TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO
ITAPIRA - 1970

TEMPO DE RESIDÊNCIA (ANOS)	NA	%
Menos de 1	797	7,25
1	437	3,98
2	860	7,83
3	292	2,66
4	373	3,39
5	574	5,22
6 a 10	1982	18,04
11 a mais	5673	51,63
T O T A L	10988	100,00
Sem declaração	4	

FONTE: IBGE, CENSO DEMOGRÁFICO - SÃO PAULO
1970

QUADRO 1.2
PESSOAS NÃO NATURAIS DO MUNICÍPIO ONDE RESIDEM
POR TEMPO DE RESIDÊNCIA - ITAPIRA - 1980

TEMPO DE RESIDÊNCIA (ANOS)	NA	%
Menos de 1	1665	11,30
1	720	4,88
2	666	4,52
3	249	1,69
4	489	3,32
5	563	3,82
6 a 9	1442	9,79
10 a mais	8822	59,88
Sem declaração	118	0,80
T O T A L	14734	100,00

FONTE: IBGE, CENSO DEMOGRÁFICO - SÃO PAULO
1980

QUADRO 2.0

VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA - MIL CRUZEIROS

ITAPIRA - JUNHO/76

P R O D U T O S A G R I C O L A S

	ALGODÃO	LARANJA	CAFE	BANANA	MILHO	FEIJÃO	CANA	ARROZ	TOTAL
	3.200	9.660	74.100	154	7.656	2.304	55.238	2.500	154.812

FONTE: C.A.D./UNICAMP

QUADRO 3.0

INDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO E TRANSFORMAÇÃO
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS RAMOS DE ATIVIDADE E TAMANHO DAS EMPRESAS
ITAPIRA - 1975

RAMO	TAMANHO		MÉDIA		GRANDE		TOTAL	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
Min. não metálicos	37	26,23	-	-	-	-	37	26,23
Metalúrgico	16	11,35	1	0,71	-	-	17	12,06
Mecânico	7	4,96	3	2,13	-	-	10	7,09
Mat. Eletr. Comun.	2	1,42	-	-	-	-	2	1,42
Mat. transporte	3	2,13	-	-	-	-	3	2,13
Madeira	8	5,67	-	-	-	-	8	5,67
Mobiliário	11	7,80	-	-	-	-	11	7,80
Papel, papelão	1	0,71	-	-	1	0,71	2	1,42
Artef. borracha	-	-	-	-	-	-	-	-
Couro, peles, similares	4	2,84	-	-	-	-	4	2,84
Prod. químicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Farm. medicinal	1	0,71	-	-	-	-	1	0,71
Perf., sabão, velas	-	-	-	-	-	-	-	-
Mat. plástico	-	-	-	-	-	-	-	-
Textil	7	4,96	-	-	-	-	7	4,96
Vest., calç, art, tecidos	6	4,26	-	-	-	-	6	4,26
Alimentício	23	16,31	1	0,71	1	0,71	25	17,73
Bebidas	3	2,13	-	-	-	-	3	2,13
Fumo	-	-	-	-	-	-	-	-
Gráfico	4	2,84	-	-	-	-	4	2,84
Diversos	-	-	1	0,71	-	-	1	0,71
T O T A L	133	94,32	6	4,26	2	1,42	141	100,00

FONTE: CADASTRO INDUSTRIAL DA SUB-REGIÃO DE CAMPINAS, 1975-1976

CTAE - UNICAMP

QUADRO 4.0
PESSOAS RESIDENTES NA VILA ILZE POR IDADE E NATURALIDADE
ITAPIRA - 1978 (*)

I D A D E	N A T U R A L I D A D E									
	ITAPIRA		SÃO PAULO		MINAS GE RAIS		OUTROS ESTADOS		TOTAL	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
≤ 1	8	2,84	-	-	-	-	1	0,35	9	3,19
2	10	3,54	2	0,70	-	-	1	0,35	13	4,51
3	3	1,06	-	-	-	-	1	0,35	4	1,42
4	8	2,84	1	0,36	-	-	-	-	9	3,19
5 - 9	36	12,77	-	-	-	-	-	-	36	12,77
10 - 14	28	9,93	1	0,36	3	1,06	-	-	32	11,34
15 - 19	21	7,44	4	1,42	2	0,70	-	-	27	9,57
20 - 24	24	8,51	5	1,78	17	6,03	4	1,42	50	17,73
25 - 29	8	2,84	-	-	7	2,48	-	-	15	5,32
30 - 34	7	2,48	2	0,70	8	2,84	1	0,35	18	6,38
35 - 39	7	2,48	2	0,70	9	3,19	-	-	18	6,38
40 - 49	2	0,70	1	0,36	13	4,61	-	-	16	5,67
50 - 59	9	3,19	3	1,07	11	3,90	-	-	23	8,16
60 e mais	2	0,70	2	0,70	8	2,84	-	-	12	4,25
T O T A L	173	61,34	23	8,16	78	27,66	8	2,84	282	100,00

FONTE: Levantamento Familiar - Posto de Saúde - Itapira

(*) Tabulação parcial - 60 famílias.

QUADRO 5.0.
PERCENTUAL DE PESSOAL OCUPADO POR SETORES
VILA ILZE - ITAPIRA - 1978

AGRICULTURA		Indústria	Serviços	Total
Trabalhador de Turma	Trab. Rural			
42,22	8,14			
50,36		15,56	34,08	100,00

FONTE: Levantamento Familiar - Posto de Saúde - Itapira

QUADRO 5.1

PERCENTUAL DE PESSOAL OCUPADO POR SETORES E SEXO
VILA ILZE - ITAPIRA - 1978

AGRICULTURA				Indústria		Serviços		Total		
Trabalhador de Turma		Trab. Rural								
H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	Total
25,18	17,04	4,44	3,70	8,89	6,67	17,04	17,04	55,56	44,44	100,00

FONTE: Levantamento Familiar - Posto de Saúde - Itapira

Bc/5333

QUADRO 5.2

ESTRUTURA OCUPACIONAL POR SEXO E IDADE EM PERCENTUAL

VILA ILZE - ITAPIRA - 1978

IDADE (ANOS)	AGRICULTURA			INDÚSTRIA			SERVIÇOS			TOTAL					
	TRABALHADOR DE TURMA			TRABALHADOR RURAL			H	M	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M	TOTAL
	H	M	TOTAL	H	M	TOTAL									
10 - 14	2,94	21,74	10,53	-	-	-	-	11,11	4,76	-	17,39	8,70	1,33	16,67	8,15
15 - 19	14,71	13,04	14,03	16,67	40,00	27,28	-	33,33	14,29	8,70	30,42	19,57	10,67	25,00	17,04
20 - 24	20,59	26,08	22,81	16,67	20,00	18,18	50,00	44,45	47,62	26,08	17,39	21,74	26,67	25,00	25,93
25 - 29	8,82	4,35	7,02	-	-	-	8,33	-	4,76	21,73	8,70	15,22	12,00	5,00	8,89
30 - 34	14,71	21,74	17,54	-	-	-	33,34	-	19,05	8,70	4,35	6,52	14,67	10,00	12,59
35 - 39	5,88	-	3,51	-	20,00	9,09	8,33	-	4,76	17,39	4,35	10,87	9,33	3,33	6,67
40 - 44	2,94	8,70	5,26	16,67	-	9,09	-	-	-	-	4,35	2,17	2,67	5,00	3,70
45 - 49	5,88	-	3,51	16,67	20,00	18,18	-	-	-	-	4,35	2,17	4,00	3,33	3,70
50 - 54	2,94	4,35	3,51	16,67	-	9,09	-	11,11	4,76	4,35	4,35	4,35	4,00	5,00	4,44
55 - 59	14,71	-	8,77	-	-	-	-	-	-	8,70	-	4,35	9,33	-	5,18
60 - 69	5,88	-	3,51	16,67	-	9,09	-	-	-	4,35	-	2,17	5,33	-	2,96
70 e +	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,35	2,17	-	1,67	0,75
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Levantamento Familiar - Posto de Saúde - Itapira

BIBLIOGRAFIA

BARROS, E.C. e URBAN, M.L. DE PAULA:

- 1977 - "O Trabalho Volante: Notas para uma Caracterização".
III Reunião Nacional Sobre Mão-de-Obra Volante na
Agricultura - UNESP, Botucatu.

BILAC, ELISABETE DÓRIA:

- 1978 - Famílias de Trabalhadores: Estratégias de Sobrevi
vência. São Paulo: Símbolo.

BASCHI, RENATO RAUL (org):

- 1983 - Movimentos Coletivos no Brasil Urbano. Rio de Janei
ro: Zahar (Debates Urbanos 5).

BRANT, VINICIUS CALDEIRA:

- 1977 - "Do colono ao bóia-fria": transformações na Agricul
tura e constituição do mercado de trabalho na Alta
Sorocabana de Assis". São Paulo: Cebrap (Estudos
CEBRAP 19).

D'INCAO E MELLO, MARIA DA CONCEIÇÃO:

- 1977 - O Bóia-fria: Acumulação e Miséria. Petrópolis: Vo
zes, 5ª. ed.

DURHAN, EUNICE RIBEIRO:

- 1973 - A Caminho da Cidade. São Paulo: Perspectiva.

- 1977 - "A Dinâmica Cultural na Sociedade Moderna". Rio de
Janeiro: Inúbia, Ensaios de Opinião nº 4.

FORTES, MEYER:

- 1971 - "Introduction", in Goody, J. (ed), The Developmental

Cycle in Domestic Groups. Cambridge: The University Press.

FOSTER, JOHN:

1974 - Class Struggle and the Industrial Revolution. New York: St. Martin's Press.

FRANCO, MARIA SÍLVIA DE CARVALHO:

1976 - Homens Livres na Ordem Escravocata. São Paulo: Ática, 2ª. ed.

GASQUES, J.C.:

1977 - "Diferenças regionais de salários de volantes na Agricultura: o caso de São Paulo". III Reunião Nacional sobre Mão-de-Obra Volante na Agricultura, UNESP, Botucatu.

GODELIER, MAURICE:

1981 - Godelier: Antropologia, coletânea organizada por Edgar de Assis Garone. São Paulo: Ática.

GOMES DA SILVA, JOSÉ E VERA L.G. RODRIGUES:

1975 - "A problemática do "bóia-fria". Uma revisão bibliográfica". I Reunião Nacional sobre Mão-de-Obra Volante na Agricultura, UNESP, Botucatu.

GONZALES, N. ELBIO E MARIA INÊS BASTOS:

1977 - "O trabalho volante na agricultura brasileira", in Pinsky, Jaime (org), Capitale e Trabalho no Campo. São Paulo: Hucitec.

HEREDIA, BEATRIZ MARIA ALÁSIA DE:

1977 - A Morada da Vida. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HOGGART, RICHARD:

1973 - As Utilizações da Cultura, tradução de Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença.

IANNI, OCTÁVIO:

1976 - A Classe Operária Vai ao Campo. São Paulo: Cebrap (Cadernos Cebrap 24).

JONES, GARETH STEDMAN:

1974 - "Working - Class Culture and Working - Classe Politics in London, 1870-1900; Notes on the Remaking of a Working Class". Journal of Social History, Summer, vol. 7, nº 4.

KOWARICK, LÚCIO:

1975 - Capitalismo e Marginalidade na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

KOWARICK, LÚCIO e BRANT, VINICIUS CALDEIRA:

1976 - São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza. São Paulo: Edições Loyola.

MARTINEZ - ALIER:

1977 - "As Mulheres do Caminhão de Turma", in Pinsky, J. (org.), Capital e Trabalho no Campo. São Paulo: Hucitec.

MARTINEZ - ALIER E BOITO JÚNIOR, ARMANDO:

1975 - "1974: Enxada e Voto, in Cardoso, Fernando Henrique e Lamounier, Bolivar (organizadores), Partidos Políticos e Eleições no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

OLIVEIRA, FRANCISCO DE:

1976 - "Acumulação Capitalista, Estado e Urbanização: A

nova qualidade do conflito de classes"Contraponto, ano I, nº1.

PERLMAN, JANICE:

1977 - O Mito da Marginalidade: Favelas e Política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PINHEIRO, P. SÉRGIO E HALL, MICHEL M.:

1981 - A Classe Operária no Brasil: 1889-1930. São Paulo: Brasiliense - FUNCAMP, vol. II.

ROSSINI, ROSA ESTER:

1977 - "A legislação trabalhista para o homem do campo" . III Reunião Nacional sobre Mão-de-Obra Volante na Agricultura, UNESP, Botucatu.

SAHLINS, MARSHALL:

1979 - Cultura e Razão Prática. Rio de Janeiro: Zahar.

São Paulo (Estado) Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Planejamento e Avaliação
1978 - Trabalho Volante na Agricultura Paulista. São Paulo, Estudos e Pesquisas 25.

SABÓIA, LÚCIA HELENA F.DE:

1978 - "O Mundo do Volante - Trabalhadores Rurais de Cravinhos - São Paulo, 1974". Tese de Mestrado em Antropologia Social, IFCH, UNICAMP.

SABÓIA, JOSÉ CARLOS DE:

1978 - "De Senhores a Trocadores de Cebola; estudo sobre representações de fazendeiros na região de Cravinhos". Tese de Mestrado em Antropologia Social, IFCH, UNICAMP.

SCARFON, MARIA DE LURDES:

1979 - Crescimento e Miséria: estudo sobre as populações marginais em um município paulista. São Paulo: Símbolo.

SIGAUD, LÍGIA:

1978 - "O Sindicato e a Estratégia do Capital". IV Reunião Nacional sobre Mão-de-Obra Volante na Agricultura, UNESP, Botucatu.

1979 - Os Clandestinos e os Direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades.

1980 - Greve nos Engenhos. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SILVA, J. GRAZIANO DA:

1977 - "O'bóia-fria": estre aspas e com os pingos nos is". III Reunião Nacional sobre Mão-de-Obra Volante na Agricultura, UNESP, Botucatu.

1978 - "A Mão-de-Obra Volante em São Paulo". São Paulo: Hucitec, Contexto nº 5.

1980 - O Que é a Questão Agrária. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos.

SILVA, L.A. MACHADO DA:

1977 - "O Significado do Botequim". América Latina, nº 3.

SINGER, PAUL:

1977 - "Introdução", in Pinsky, Jaime (org), Capital e Trabalho no Campo. São Paulo: Hucitec.

STEIN, LEILA:

1976 - "O trabalho volante: indicações para caracterização do debate". Contraponto, ano I, nº 1.

THOMPSON, E.P.:

1977 - La Formación Histórica de la Clase Obrera. Barcelona: Editorial Laia.

VALLADARES, LÍCIA DO PRADO:

1980 - Passa-se uma casa. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª. ed.

WALDERLEY, MARIA DE NAZARETH BAUDEL:

1978 - Capital e Propriedade Fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Province BC
City
County
No. 10000
Date 19/11/84